



Assembleia Municipal de Óbidos		1
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2014

--- Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório Municipal da Casa da Música, sito na Rua Direita - Óbidos, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- **PONTO UM** – Período antes da Ordem do Dia;-----

--- **PONTO DOIS** – Proposta de Regimento – Recolha e apreciação de contributos;-----

--- **PONTO TRÊS** – Nomeação de um representante (e suplente) da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil do Município de Óbidos, de acordo com o previsto no art.º 14.º do Regulamento Municipal de Proteção Civil do Município de Óbidos;-----

--- **PONTO QUATRO** – Nomeação de dois representantes (e suplente) da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, de acordo com o previsto na alínea c) do art.º 9.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia;-----

--- **PONTO CINCO** – Nomeação de quatro representantes (e dois suplentes) da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens, de acordo com a alínea l) do art.º 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de dezembro;-----

--- **PONTO SEIS** – Apreciação e eventual aprovação da designação do júri para a instrução do procedimento concursal de recrutamento para o cargo de Dirigente Intermédio de 3.º grau da Subdivisão de Recursos Humanos;-----

--- **PONTO SETE** – Apreciação e eventual aprovação da proposta de alteração do conteúdo funcional de um posto de trabalho do Mapa de Pessoal;-----

--- **PONTO OITO** – Apreciação e eventual autorização para a repartição de compromissos plurianuais de forma a dar cumprimento ao estipulado no art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o previsto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;-----

--- **PONTO NOVE** – Apreciação e eventual aprovação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação – 2013, conforme previsto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- **PONTO DEZ** – Apreciação e eventual aprovação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Óbidos, relativo ao exercício de 2013;-----

--- **PONTO ONZE** – Acordo coletivo de entidade empregadora pública, para conhecimento;-----

--- **PONTO DOZE** – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos, acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- **PONTO TREZE** – Período fora da ordem do dia – Intervenção do público.-----

--- O Segundo Secretário, Ana Reis, fez a chamada.-----

--- **Presenças** - Telmo Henrique Correia Daniel Faria, José Rodrigues Machado, Fernando Jorge Sousa e Silva, Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis, Maria Cristina Fernandes Rodrigues, José Luís Rocha de Oliveira, Albino Agostinho de Sousa, Miguel Ângelo Pires Trindade Silvestre, Francisco Lage Raposo Brás Teixeira, Anabela Braga Adónis, Ana Catarina Brás de Carvalho, Ricardo Miguel Pereira Duque, Jorge Joaquim Madeira Veloso, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, João Paulo de Oliveira Cardoso,



Assembleia Municipal de Óbidos		2
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

Dina Fernanda Pereira Vieira, Joana dos Santos Silva Machado, João Carlos Marques Costa, Custódio de Sousa Santos, Heitor Carvalho da Conceição, José Manuel Ferreira Simões, Luís José do Coito Ribeiro, Hélder José Mineiro Mesquita, João Paulo Herculano Rodrigues, Evaristo Ferreira Ribeiro e Joaquim dos Santos Martins.-----

--- Substituições – A Deputada Anabela Blanc Capinha Corado e a Deputada Sílvia Maurício Correia, foram substituídas pelos Deputados João António Sousa Veludo e José Rui Pereira da Silva Raposo, respetivamente.-----

--- Quórum – Vinte e oito presenças.-----

--- Faltas – Anabela Blanc Capinha Corado e Sílvia Maurício Correia.-----

--- Registou-se ainda a presença do Presidente da Câmara, Humberto da Silva Marques e dos Vereadores, Bernardo José Fernandes Rodrigues, Pedro José de Barros Félix, Telmo de Sousa Félix, Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Ana Maria Ramos de Sousa e José Carlos Ribeiro Capinha.-----

--- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Email do Grupo Parlamentar Os Verdes, referente ao encerramento de Repartições de Finanças no Distrito de Leiria; Email da Assembleia Municipal de Lamego, sobre a defesa de uma Justiça justa e do Tribunal do Círculo e Comarca de Lamego; Email da OesteCim, referente à discussão pública sobre infraestruturas de elevado valor acrescentado; Carta do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, referente ao PERSU 2020; Email da Assembleia Municipal de Moimenta da Beira, referente ao novo Mapa Judiciário e email da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, referente ao protocolo celebrado entre o Ministério da Administração Interna e a Associação Nacional de Municípios Portugueses; Carta de justificação da falta do Deputado Jorge Joaquim Madeira Veloso à reunião de 28 de fevereiro do corrente ano e carta de justificação de falta da Deputada Sílvia Maurício Correia à presente reunião. Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados para consulta.-----

--- **APROVAÇÃO DE ATA:** - Foi presente para aprovação a ata número 7, referente à reunião ordinária desta Assembleia Municipal, do dia 23 de dezembro de 2013.-----

--- Aprovada por maioria, com três abstenções.-----

--- Aprovada em minuta por unanimidade.-----

--- **APROVAÇÃO DE ATA:** - Foi presente para aprovação a ata número 1, referente à reunião ordinária desta Assembleia Municipal, do dia 28 de fevereiro de 2014.-----

--- Aprovada por maioria, com quatro abstenções.-----

--- Aprovada em minuta por unanimidade.-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

--- **PONTO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** – O Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do Grupo Municipal do PCP, intitulada “Saudamos os 40 anos da revolução de abril”.-----

--- O Deputado José Raposo disse que pedia a palavra, relativamente à apresentação da proposta da moção do Grupo Municipal do PCP, para assinalar a passagem dos 40 anos do vinte e cinco de abril, já que esta Assembleia entendeu não assinalar a data com uma sessão específica, para o efeito.-----

Ainda que a data tenha passado, de todo o modo, parece-lhes pertinente apresentar esta moção, considerando até que estamos dentro do período de comemoração desta data histórica para o povo português e, atendendo até, que amanhã se comemoram os quarenta anos do primeiro, primeiro de maio, em liberdade.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		3
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

Outra data também muito significativa, em particular, para os trabalhadores portugueses, e em geral, para todo o povo.-----

E é nesse sentido que apresentam a moção que deixaram na Mesa.-----

--- O Presidente da Assembleia leu a moção, que a seguir se transcreve: “Comemoraram-se no passado dia 25, quatro décadas sobre a data em que os heroicos Capitães do MFA, puseram cobro a quarenta e oito anos de uma odiosa ditadura fascista que impôs ao Povo Português, a opressão, a miséria, a ignorância e uma guerra colonial injusta e dolorosa.---- Na madrugada do 25 de abril de 1974, o MFA e o Povo iniciaram uma revolução sem igual noutra parte do mundo, de onde resultaram a implantação de um regime democrático, uma Constituição da República com a consagração de direitos individuais e coletivos de extrema e particular importância, como a liberdade de expressão, o direito de reunião e de manifestação.-----

Uma Constituição da República que apesar de sucessivamente alterada e subvertida, ainda hoje consagra algumas das mais importantes conquistas de abril: o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública e o Poder Local Democrático.-----

Quarenta anos depois de abril, aqueles que nunca desejaram esta nobre revolução, alcandorados no poder ou apoiando este poder, procuram destruir o que demorou quarenta e oito anos a conquistar, pondo em causa a democracia política, económica, social e cultural, só impedidos no todo ou em parte pela resistência do Povo Português que legitimamente tem lutado contra sucessivas políticas opostas aos princípios fundamentais da Revolução dos Cravos.-----

Princípios fundamentais que devem ser reafirmados e que esta Assembleia Municipal aqui evoca e comemora.-----

Viva o 25 de abril.”.-----

--- O Presidente da Assembleia disse que, sem querer estar a intervir no texto dos autores, crê que haverá aqui algum lapso. Em vez de dizerem quarenta e oito anos, quererão dizer, porventura, quarenta anos. Se não é assim, esta redação fica como ela se encontra. Parece-lhe que o que querem dizer é que o que se conquistou foi na democracia e não na ditadura.---- O Deputado José Raposo disse que essas conquistas foram alcançadas com o vinte e cinco de abril, o que quer dizer, que demoraram quarenta e oito anos a conquistar. Dai a referência aos quarenta e oito anos.-----

--- O Deputado Miguel Silvestre disse que queriam apresentar uma declaração de voto em relação à moção.-----

Apesar de concordarem com uma parte daquilo que a moção representa, há, obviamente, depois um manifesto de exagero ideológico.-----

Misturam aquilo que é a realidade atual, com um longo período ditatorial, que o vinte e cinco de abril veio resolver.-----

Gera aqui uma confusão, que é uma confusão habitual, do ponto de vista destas moções, que têm uma carga ideológica particular, e, portanto, como tal, farão uma declaração de voto.-----

--- Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PSD, que a seguir se transcreve: “DECLARAÇÃO DE VOTO - Declara o grupo municipal do PSD nesta assembleia que o voto contra à moção apresentada pelo PCP – Partido Comunista Português se deveu, à semelhança do que tem acontecido, a contínua utilização de uma estratégia política deste partido, legítima democraticamente, mas sem preocupações de gerar consensos com outras forças políticas locais, que também elas pugnam pelos interesses e direitos das suas populações.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		4
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

— Não se trata de desvalorizar o «25 de abril», bem pelo contrário, esta data é um marco histórico no país e no concelho. Essa importância como explicou o Senhor Presidente da Câmara foi assinalada pela Câmara Municipal e pela comunidade, com as diversas atividades que decorreram.-----

--- O Presidente da Assembleia disse que uma das conquistas de abril, é, precisamente, a possibilidade de a sociedade portuguesa estar organizada em diferentes formas, em diferentes partidos, terem diferentes visões.-----

É a essa conquista democrática que assistem à volta da discussão deste texto.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a moção posta à votação, tendo sido chumbada, com doze votos contra, seis votos a favor e sete abstenções.-----

--- A Deputada Maria Cristina Rodrigues apresentou a declaração de voto, que a seguir se transcreve: “Lamento não poder votar a favor da moção apresentada pelo Grupo da CDU. Considero que o 25 de abril é um momento único da nossa história, ao qual devemos a Liberdade e a Democracia e por esta razão gostaria de subscrever esta moção. No entanto, considero que o texto em causa está repleto de excessos ideológicos nos quais não me revejo, o que justifica a sentido do meu voto: abstenção.”.-----

--- O Deputado Custódio Santos perguntou o que é que se passa com o sinal digital de televisão na Vila, porque, de vez em quando, as pessoas não têm televisão.-----

Perguntou quantas bocas-de-incêndio estão aqui a funcionar, dentro da Vila, já que os Bombeiros só têm uma viatura adequada para entrar dentro da Vila. Há pouco tempo houve um incêndio, de consequências muito graves. Espera que não se volte a repetir situação idêntica. Foi num dia que não havia movimento na Vila. Se houvesse, podia ter consequências muito mais graves.-----

Quando é que vão iniciar as obras na praça da criativa. Para quando é que são concluídos aqueles trabalhos, inclusive, mudar os telhados dos celeiros da EPAC, assim como o dito café-restaurant, a sala de conferências.-----

Queria também perguntar o que é que se passa com aquele troço da estrada do Soito, que vem do Chafariz dos Cavalos à ponta da A8, Casais Brancos, dado que já se anda a pôr lá tout-venant, nos buracos maiores. Já não há verba, já não há alcatrão nenhum. A qualquer momento a Câmara é responsabilizada por qualquer acidente que ocorra ali, pelas consequências do estado lastimoso em que aquela estrada está.-----

Consta-lhe que a Mota-Engil, no fim da construção da A8, ia arranjar aquele bocado de troço de estrada. Mas consta-lhe que a Câmara receber uma verba. Em troca se ser o empreiteiro a fazer a obra, foi a Câmara que recebeu para a conclusão daquele trabalho. Acha que isto são coisas que o Presidente da Câmara tem que tomar em atenção.-----

Caso as obras da praça criativa não sejam para prosseguir brevemente, supõe que havia de haver um aproveitamento daqueles armazéns dos Bombeiros. Acha que os silos da EPAC também não estão devidamente aproveitados, porque as Juntas estão a pagar rendas de armazéns. Enquanto não fizessem ali as obras, acha que tinham ali condições para as Juntas arrumarem os materiais e máquinas. Havia ali espaço para isso.-----

--- O Deputado Jorge Veloso disse que vem falar sobre a falta de manutenção de ciclovias e projetou várias fotografias.-----

As fotografias evidenciam a necessidade de manutenção da Ciclovia da Lagoa de Óbidos, cuja obra foi concluída em 2009.-----

A Câmara de Óbidos tem dito que a obra ainda não lhe foi entregue e, por isso, não faz a sua manutenção. Lembramos que o “jogo do empurra” entre a Câmara de Óbidos e a Agência Portuguesa de Ambiente – APA, só contribui para agravar o estado desta ciclovia



Assembleia Municipal de Óbidos		5
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

construída com fundos comunitários. A falta de entendimento entre organismos públicos leva a prejuízos evitáveis.-----

A ciclovia do Ninho da Cegonha encontra-se em estado lastimável de conservação.-----

Seria ideal que houvesse uma ciclovia do Concelho de Óbidos ao Concelho das Caldas.----

Sobre as contas dos principais eventos da empresa municipal Óbidos Criativa, disse que a edição do semanário Gazeta das Caldas de 7 de Fevereiro de 2014 publicou interessante notícia relacionada com as contas do evento Vila Natal. Segundo aqueles dados e se foram vendidos 140.000 bilhete de entrada a 5 €, a receita teria sido de 700.000 €, com uma despesa de 200.000 € comparticipada pelo Turismo. Tal daria um lucro superior ao subsídio anual da Câmara à empresa municipal.-----

Posteriormente, na edição de 18 de Abril de 2014, no mesmo semanário, que é o mais lido no concelho de Óbidos, há declarações do presidente da Câmara sobre quantidade de visitantes e receitas de bilheteira de eventos, afirmando que na Vila Natal houve 135.000 bilhetes, incluindo as entradas gratuitas. Vamos admitir 15.000 entradas gratuitas, o que corresponde a todos os habitantes do concelho e mais milhares de convites a pessoas de outros concelhos, designadamente crianças.-----

Assim, as entradas pagas terão sido $135.000 - 15.000 = 120.000$.-----

$120.000 \text{ bilhetes} \times 5 \text{ €} = 600.000 \text{ €}$.-----

Entre as contas que têm sido apresentadas pela empresa municipal e as recentes declarações do presidente da Câmara, há uma grande diferença. Se se confirmarem as receitas de cerca de 600.000 € ou mais em cada um dos 3 grandes eventos de bilheteira, a empresa municipal não necessita de subsídios da Câmara.-----

Assim, continua a questionar-se se se está a perder dinheiro entre as bilheteiras e o cofre da empresa municipal.-----

--- O Deputado José Machado disse que a sua intervenção é referente a recomendações sobre a cooperação Óbidos/Caldas.-----

Em seguimento às declarações feitas na conferência realizada no CCC, em que participaram, entre outros, os presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal do nosso concelho, o grupo municipal do PS recorda três recomendações para se por em prática a anunciada nova cooperação entre os municípios de Óbidos e de Caldas da Rainha e solicita uma informação.-----

- 1.ª recomendação: Que seja acordada a retirada dos processos judiciais, que se arrastam há anos, de diferendos entre os municípios de Óbidos e Caldas da Rainha e que os problemas pendentes sejam resolvidos, por negociação direta, terminando com acordo amigável. Seria também um primeiro passo para reduzir a excessiva litigância camarária.--

- 2.ª recomendação: Insistimos em passar a haver articulação entre os transportes municipais de Óbidos e de Caldas da Rainha, respetivamente OBI e TOMA, para melhor servir as populações, como anteriormente temos sugerido.-----

- 3.ª recomendação: Caminhar para a harmonização das taxas e impostos nos dois concelhos, para benefício dos pequenos proprietários e dos pequenos empresários. Recorda-se que a taxa de IMI paga em Óbidos é 25% mais elevada do que em Caldas da Rainha.-----

Quanto à construção da ponte sobre a Lagoa de Óbidos, a que se refere a edição da Gazeta das Caldas de 4 Abril de 2014, que se resume assim:-----

A ponte em madeira do Braço da Barrosa, na Lagoa de Óbidos, esteve prevista para ser construída, foi financiada, concursada e adjudicada, mas ficou pelo caminho.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		6
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

Inseria-se no projeto da “Recuperação ambiental das margens da Lagoa de Óbidos” e daria continuidade ao circuito ciclo-pedonal que rodeia o plano de água da lagoa, ligando as duas margens daquele braço.-----

A conclusão da obra ocorreu em Julho de 2009, mas houve problemas com as sondagens e a ponte não foi construída.-----

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), entretanto foram realizadas novas sondagens, por adjudicação própria, havendo agora informação de base conclusiva para viabilizar aquela ponte.-----

Em face do exposto, solicita-se que a Câmara Municipal indique quando será construída aquela ponte que foi prometida na campanha eleitoral.-----

--- A Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que a participação popular marcou, uma vez mais, a Semana Santa deste ano em Óbidos. Regozijam-se com a realização do auto do Descimento da Cruz, que não se realizava há anos, mereceu uma grande reportagem na televisão nacional, em horário nobre. A Semana Santa é um evento com tradição em Óbidos e com pequenos custos, que, mais uma vez, correu muitíssimo bem.-----

Uma nota, também positiva para esta questão da Celebração do 25 de abril de 1974. Este ano, contrariamente ao que sucedeu nos anteriores, a Câmara promoveu um programa e incluiu atividades nas escolas. Pena foi o colóquio realizado no dia 24 de abril ter começado a hora de trabalho (5 horas da tarde) e ter sido pouco divulgado. Foi um evento muito interessante.-----

O 1.º de maio corresponde ao antigo feriado municipal de Óbidos. Há a tradição de colocação de arbustos, dos maios, na vila, significando a pujança da primavera, tradição muito antiga. Uma nota, também positiva, para a realização, mais uma vez, desse evento. O 1.º de maio é o dia mundial do trabalhador, para promover os direitos de quem trabalha e que o regime anterior sempre proibiu de celebrar ou se apropriou. Uma nota relativamente ao dia 1.º de maio, nesta dupla condição, do antigo feriado municipal em Óbidos, é uma tradição que se preserva e, também, uma nota, relativamente ao dia do trabalhador, que todos somos.-----

--- O Deputado Hélder Mesquita felicitou a Câmara Municipal pela realização dos eventos referidos pela Deputada Maria Cristina Rodrigues.-----

Não poderia deixar passar a realização do festival e chocolate, que a Câmara, este ano, retirou para fora das muralhas. Foi feito o último dia no Olho Marinho. Assim como também no vinte e cinco de abril, um desses eventos ser nas Gaeiras.-----

Deixa aqui a sua felicitação à Câmara por estar a pôr esses eventos fora das muralhas, levando-os ao resto do Concelho. Saudou ainda todas as coletividades do Concelho, mais uma vez, por estas estarem a dinamizar o Concelho, e nome de Óbidos, pelo país.-----

No dia vinte e cinco de abril a Câmara associou-se à JVG. Queria deixar, a eles, o seu apreço. Pensa que todos deviam deixar esse apreço a essas coletividades, em todas as freguesias.-----

A União de Amigos do Olho Marinho, no próximo dia 18 de maio vai fazer o terceiro BTT Nascentes com História, para darem a conhecer o Concelho. Deixou um convite a todos para estarem presentes.-----

Na Junta de Freguesia, os Deputados do PCP, interpelaram a mesma sobre uma pedreira no planalto das Cezaredas, a laborar sem licença. A Junta de Freguesia deu conhecimento à Câmara. Gostava de saber de quem é que é a responsabilidade. Se a Junta tem algum poder de intervir nalgumas daquelas situações. De quem é as competências. O que é que a Câmara fez, que licença é que há, ou não há.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		7
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

--- A Deputada Joana Machado disse que na página 17 da ata da Assembleia Municipal de 23 de Dezembro de 2013, consta o seguinte:-----
Fica a saber-se que vai regressar a Revista RIO, com uma despesa no orçamento de 12 000 €. Alertamos que a oposição quer exercer o seu direito, que está esclarecido, de publicar as suas posições nessa revista. Tal foi admitido pelo anterior presidente de Câmara, não se tendo concretizado porque a publicação foi entretanto suspensa.-----

Perguntou qual a data limite para entrega das contribuições da oposição para a anunciada próxima edição da Revista RIO de Junho.-----

--- O Deputado Miguel Silvestre disse que é a altura de poderem fazer, aqui, um breve balanço, muito sintético, e chamar a atenção para algum do trabalho que tem sido feito por este Executivo, em particular, a preocupação que prossegue daquilo que foi dito na campanha, de abertura à comunidade, dos contatos com as Juntas de Freguesia, o trabalho que tem sido desenvolvido com as associações.-----

Tem sido um trabalho intenso da parte do Executivo. Têm feito, acredita, um trabalho importante do ponto de vista da preparação do futuro de Óbidos, daquilo que serão os próximos anos.-----

É bom não esquecer que vivemos, agora, um período, que é um período importante, daquilo que é a estratégia política do futuro do nosso país, com toda a discussão dos fundos comunitários.-----

Há aqui um trabalho que este Executivo tem feito, que é um trabalho que merece ser realçado, entre aquilo que é o trabalho de gabinete, de preparação de reuniões, de preparação do futuro, contatos importantes com membros do governo, preparar esse trabalho de futuro, e ao mesmo tempo, sem descorar aquilo que é a realidade local, de perceber aquilo que são as realidades das diferentes Juntas de Freguesia.-----

Crê que tem sido evidente, por aquilo que tem sido publicado, que tem sido publico, este trabalho, que o Executivo tem vindo a elaborar nos últimos tempos.-----

Queria deixar aqui, também, esta nota, sem que com isso tenha havido alguma interrupção de nenhuma natureza, naquilo que tem sido o trabalho ao longo destes últimos anos, que a Vila e o Concelho têm continuado a desenvolver.-----

Já foram aqui referidos os eventos, em particular a semana santa. Fazer aqui também um reparo, que nalgumas Assembleias Municipais anteriores, foram feitas aqui algumas considerações, ou considerandos, sobre atitudes que se calhar não seriam tão respeitosas em relação a esta celebração, e que este ano não se repetiram. Houve da parte, principalmente, de comerciantes e até dos próprios habitantes da Vila, uma comunhão perfeita em relação àquilo que foi a celebração.-----

Dar nota desse respeito em relação a isso, e o envolvimento, também, de casas particulares, de particulares, de famílias, nestas celebrações, na abertura.-----

Houve aqui alguns sinais que vão ao encontro daquilo que tem sido, também, este objetivo de abrir os eventos e abrir estas celebrações, cada vez mais, à comunidade e ao Concelho.--

Crê que estes seis meses, acima de tudo, têm sido muito competentes, coerentes, com aquilo que foram os objetivos, que foram sempre identificados e que foram enunciados na campanha.-----

--- A Deputada Ana Reis disse que com o objetivo de evocar a data e de consolidar os nossos conteúdos programáticos, também nas nossas escolas, como já aqui foi referido, fez-se um trabalho muito importante na comemoração dos quarenta anos do vinte e cinco de abril.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		8
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

Era extremamente importante saber-se até que ponto é que não passou apenas de palestras, mas de um trabalho muito profundo feito por alunos e encarregados de educação.-----
A comunidade escolar foi chamada a participar neste evento, e como. Com depoimentos dos familiares que se encontram, atualmente, expostos numa exposição em todos os complexos escolares.-----

Esta partilha destes momentos, que são importantes reforçar, aos jovens do nosso Concelho, neste momento, encontram-se em exposição.-----

Outras palestras foram feitas, com pessoas que se disponibilizaram e que estiveram presentes, dando o seu testemunho da vivência daquilo que passaram nesta data, o que foi extremamente importante.-----

Aqui, fala-se muito em jovens e em crianças, e esta altura foi uma oportunidade muito excelente para reviverem aquilo que foi a nossa história.-----

Por outro lado, em parceria com o arquivo histórico, com a biblioteca municipal, com o gabinete de comunicação, foram feitas estas atividades, porque só em sintonia com estas vertentes da Câmara é que conseguiam, em termos de escola, pôr este projeto para a frente.

Este projeto não vai terminar aqui.-----

Questiona-se, hoje, o prolongar deste acontecimento por mais algum tempo, para que as nossas crianças saibam o que foi o vinte e cinco de abril até setenta e cinco, Comemorar agora é bom, é bom lembrar tudo isso, mas eles quiseram saber mais e querem saber mais.-----

Fica aqui um apreço perante tudo o que foi feito, porque a própria comunidade educativa, os pais, principalmente, foram envolvidos. Como sabem, os nossos pais estão na escola e estão muito presentes. Aqui fica uma palavra de gratidão perante um Concelho que quis pôr algo nas escolas, e que foi muito bem conseguido.-----

--- O Deputado Francisco Teixeira perguntou quais os custos já suportados pela Câmara com os processos do caso Pingo Doce, que originaram 3 sentenças perdidas pela Câmara no processo criminal, o qual já transitou em julgado, e mais uma no processo cível, em que a Câmara foi condenada, o ano passado, e que informou ter recorrido.-----

Perguntou, também, quais os encargos futuros previstos, uma vez que o processo terá subido para a relação.-----

Sobre o restaurante e apoio de praia do Bom Sucesso perguntou quantos meses de renda estão em atraso, atualmente, isto é, se por acaso algum mês de renda chegou a ser, alguma vez, pago. Se foi tentada ou pensada uma intervenção similar à que foi feita nestes apoios de praia, com o objetivo de os legalizar e de tornar uma estrutura útil, para o Aeródromo.--

Pergunto, ainda, para quando a resolução da situação dos edifícios 3 G's no Bom Sucesso.-

--- O Deputado José Raposo deixou o alerta e ao mesmo tempo o protesto por uma situação que tem a ver com uma situação laboral que está, neste momento, a ocorrer no Concelho de Óbidos, e que envolve a tentativa de despedimento coletivo, de mais de uma dezena de trabalhadores do Hotel Marriott, na Praia D'El-Rey.-----

Trata-se de um processo já de si grave, em que essa gravidade é maior, pelo facto de envolver a tentativa de despedimento de uma dirigente sindical e de dois delegados sindicais dessa empresa.-----

Não é a primeira vez que isto sucede. Resulta, fundamentalmente, do facto de a empresa entender que neste país o direito de associação sindical e o direito de organização dos trabalhadores dentro da empresa, não é para cumprir e procura, a todo o custo, destruir a organização sindical, que os trabalhadores têm dentro da empresa, chegando a esta situação, extrema, de procurar encontrar argumentos para extinguir postos de trabalho que



Assembleia Municipal de Óbidos		9
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

coincidem, exatamente, com os dos trabalhadores que são dirigentes e delegados sindicais.

Aliás, é curiosa a argumentação apresentada ao Ministério do Trabalho, para a extinção dos postos de trabalho, e que vai no sentido de dizer que a procura tem diminuído nos últimos meses, e por conseguinte, necessita de fazer uma reestruturação.-----

É curioso que isto vai em contra ciclo com as afirmações recentes de entidades relacionadas com o turismo, designadamente, da Associação Hoteleira, que apontam, exatamente, no sentido contrário, ou seja, que nos últimos meses de dois mil e treze, e já nos primeiros de dois mil e catorze, a procura aumentou e o número de camas ocupadas é maior.-----

Neste sentido, gostariam de deixar aqui à Assembleia, este processo, e manifestar a nossa solidariedade para com a luta dos trabalhadores do Hotel Marriott, que, naturalmente, não concordam com este processo de despedimento coletivo que a empresa pretende intentar. - - A segunda questão tem a ver com a linha do oeste e deixam aqui duas preocupações fundamentais.-----

A primeira, com o anunciado processo de reestruturação da linha, ou de reabilitação da linha, que consideram que é, efetivamente, devido e que deveria já estar concretizado. Assim seria, se sucessivamente, compromissos assumidos por vários governos, não fossem quebrados pelos mesmos, deixando a linha ao abandono.-----

Mas relativamente à revalorização da linha do oeste, uma preocupação relativamente ao Concelho de Óbidos. É que na nossa perspetiva, torna-se fundamental que ao nível das infraestruturas, estações como a de Óbidos, sejam igualmente reabilitadas, por forma a serem utilizadas pelos utentes da linha, com particular destaque para os turistas que vêm a este Concelho.-----

O que não lhes parece aceitável é a atual situação de abandono, de desativação da estação, a exemplo do que acontece com outras estações desta linha.-----

A segunda questão sobre a linha do oeste, tem a ver com o anunciado negócio que a CP estará a fazer com a congénere espanhola e que visa a contratação, em regime de aluguer, de cinco automotoras para circular na linha do oeste e que são automotoras já desativadas nas linhas espanholas.-----

Quando, ainda por cima, pela experiência de utilização desse mesmo tipo de automotoras na linha do minho e na linha do douro, há inúmeras e sucessivas reclamações dos utentes pelo facto de serem extremamente incómodas e, naturalmente, contribuírem para o afastamento da procura por aquele meio de transporte.-----

Gostariam de saber qual é, neste momento, passados quatro meses sobre o anúncio feito de que seria este ano concretizado o projeto da barragem do Arnóia, qual é o ponto da situação, depois do anúncio que foi feito pelo Presidente da Câmara, em conjunto com o Presidente de uma Associação de Agricultores Nacional.-----

--- O Deputado Custódio Santos disse que o seu colega de bancada afirmou que há seis meses de trabalho já deste Executivo, com uma boa prática. Ainda não viu nada. A sede do Concelho está votada ao abandono, está desertificada, tem casas a cair, está, vergonhosamente, por cair. Não há obras nenhuma de manutenção do nosso património. Olhem para a torre da Igreja de Santa Maria e São Pedro e para o aqueduto. A Vila está votada ao abandono, para além do mau estado da calçada. Já para não falar nas canalizações da água e na qualidade da mesma.-----

O Presidente da Câmara e o atual Presidente da Assembleia faziam tanto louvor à Vila, que isto era uma Vila maravilhosa, e é, mas olhem um bocadinho para isto, porque daqui a



Assembleia Municipal de Óbidos		10
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

pouco não tem condições para ser sede do Concelho. Isto é vergonhoso. Agora vem um colega de bancada, ainda, a suscitar o bom trabalho que tem estado a ser feito.-----
O vinte e cinco de abril de Óbidos não é do PSD. O vinte e cinco de abril de Óbidos é do PSD, é do PS, é do PCP, é do povo. Deviam ter um bocadinho de cabeça e pensarem que deviam ter feito uma Assembleia Municipal extraordinária, para anunciar os quarenta anos de abril e não o fizeram. Ainda por cima, votam aqui contra uma moção que é digna. Não digam que são democratas. O PSD de Óbidos pertence ao antigamente.-----
--- O Presidente da Câmara disse que, relativamente aos quarenta anos do vinte e cinco de abril, quer ressaltar que a organização, foi uma organização conjunta da Câmara e da Assembleia Municipal. Os Deputados devem sentir-se orgulhosos. Houve um convite para participarem nesta iniciativa, a todos os membros e na pessoa do Presidente da Assembleia e do Presidente da Câmara.-----
Quer, obviamente, nesta circunstância, regozijar-se com a posição colaborante da comunidade educativa, nomeadamente dos pais, dos alunos, dos seus familiares, dos professores, dos animadores, e, de forma muito particular, alguns professores que tomaram esta iniciativa, muito, também, com uma certa apropriação.-----
Feito esse agradecimento, quer deixar, também, claro regozijo e a enorme satisfação que alguns Deputados aqui deixaram, também, relativamente à semana santa, que decorreu de forma exemplar, com muito respeito por parte dos habitantes / moradores e comerciantes da Vila de Óbidos, não só ao nível dos carros, mas também de alguma encenação que procuraram fazer, com adereços.-----
Considera que houve, de facto, aqui um trabalho brilhante e meritório, para este reconhecimento. Ao mesmo tempo quer felicitar a Óbidos Criativa pelo facto de este ano se ter empenhado ainda mais, na estratégia de divulgação e de comunicação, e que evidenciou com o número de participantes a ocorrer aqui no evento.-----
Quanto à questão que o Deputado Custódio Santos coloca aqui, há duas questões que vai deixar, para o Vice-Presidente responder, número de bocas-de-incêndio e sinal de televisão na Vila. Relativamente à estrada dos Casais Brancos, o que o Deputado vê, é o início dos trabalhos para o asfaltamento e a regularização daquela estrada. Há um procedimento a decorrer, para compra de massas asfálticas, para asfaltar a respetiva estrada.-----
Quanto à informação que deu, relativamente à comparticipação da Mota-Engil, para aquela estrada, é completamente novo para si. Vai tentar saber e em futura oportunidade dirá alguma coisa.-----
Relativamente à praça da criatividade, não vai assumir compromisso nenhum com datas de início da praça da criatividade. Se tiverem condições, no âmbito do quadro comunitário de apoio, é uma questão que está dentro do nosso payplan para colocar candidaturas. Sem financiamento extraordinário não há obra ali. Este é o seu compromisso e não vai para além disto.-----
Já há produtos que estão a ser produzidos made in Óbidos, a partir daquilo que designam o spynelet, que não é mais, nem menos, do que pessoas que possam ter ideias e que possam concretizar em protótipos, ou que possam, até, chegar a uma fase de pré-industrialização. Deu o exemplo de dois produtos. Um, as estações meteorológicas de baixo custo, ao serviço da agricultura. Um outro produto que foi produzido, pensado, e concebido a partir daquele edifício, foi um ovo tridimensional, e que foi apresentado no Festival Internacional de Chocolate.-----
Relativamente às ciclovias da Lagoa de Óbidos, já fizeram três ofícios, vários contatos telefónicos com o Ministério do Ambiente, para os deixarem, pelo menos, intervir em



Assembleia Municipal de Óbidos		11
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

questões estruturais. Porque nas questões de manutenção, pode informar a Assembleia, ainda no início da semana procederam à manutenção, desmatamento, deservagem da respetiva ciclovia. O mesmo aconteceu, e vai continuar, na ciclovia do ninho da cegonha. Aquilo que é a vossa preocupação é, exatamente, a preocupação do Executivo e o Executivo não tem ficado apenas à espera da responsabilidade da administração central, tem sido parte ativa.-----

Quanto à questão dos bilhetes, desafia qualquer membro desta Assembleia, a mostrar citação do Presidente da Câmara, quanto a bilhetes vendidos, em qualquer evento. Desafia qualquer um, para não estar aqui a enfatizar a questão das receitas. Foi um exercício que já nos vamos habituando a ele. Mas a verdade, porém, é que as contas são aprovadas, são apresentadas e são visitadas pelo técnico oficial de contas e revisitadas pelos revisores oficiais de contas, e que a própria Câmara Municipal teve conhecimento na última reunião de Câmara, dessas mesmas contas, sem observações.-----

Em relação à intervenção do Deputado José Machado disse que lhe agradecia imenso o facto de o ter ouvido nas Caldas da Rainha e de vir repetir, hoje, aquilo que ele disse nas Caldas da Rainha. As suas recomendações emanam, exatamente, daquilo que foi a sua intervenção na Caldas da Rainha. Nada de novo. Só lhe faltou dizer que estava a citar o Presidente da Câmara Municipal de Óbidos.-----

Relativamente à ponte no Braço da Barrosa, disse que não é Ministro de Ambiente, nem faz parte do governo. Quer o Presidente da Câmara de Óbidos, quer o Presidente da Câmara de Caldas, têm feito muita pressão, ao ponto da APA ter que responder, para que esta obra se execute. Não pode assumir quando é que se inicia a obra e quando é que se vai fazer a obra. Não é uma obra que dependa diretamente do Município, ou dos Municípios. Mas há vontade expressa do governo para executar esta obra.-----

A Deputada Maria Cristina Rodrigues fez apreciações.-----

Quanto à questão que o Deputado Hélder Mesquita aqui nos deixou, relativamente áquilo que é a laboração no planalto das Cezaredas, de uma pedreira, sem licença, quer apenas informar que ela tem uma licença do Ministério da Economia, uma licença de exploração provisória, e nem o Presidente da Junta, infelizmente, nem o Presidente da Câmara, ou a respetiva Câmara, ou a Assembleia, têm competência para tratar desse assunto.-----

São as regras. Infelizmente é assim, não podem fazer nada. A única coisa que fizeram e que podiam fazer, tinha a ver com terrenos pertença do domínio privado do Município, quando a exploração em causa estava a cavar terreno que não era desses privados, mas era do domínio privado do Município. Ai, houve uma intervenção e houve reposição.-----

Quanto à questão que a Deputada Joana Machado coloca, já teve oportunidade de, em sede de reunião de Câmara, dizer isso mesmo. Esta não é uma revista de propaganda eleitoral. É uma revista informativa da atividade da Câmara. Não vamos transformar esta revista numa revista de propaganda eleitoral, com informação e contrainformação, ou contraditórios.-----

Quanto às questões apontadas pelo Deputado Francisco Teixeira, os custos suportados com os advogados do Pingo Doce, aquilo que lhe pode, neste momento, adiantar, sem prejuízo de depois lhe dar informação, é que nesta fase de recurso, foi feita uma previsão, ainda não há contas fechadas, só no fim saberão, de cinco mil euros. Não quer dizer que tivessem sido gastos cinco mil euros. Há uma previsão de cinco mil euros nesta primeira fase.-----

Quanto ao restaurante do Bom Sucesso, crê haver um equívoco da parte do Deputado, porque a Câmara fez aquilo que lhe competia, que foi notificar o proprietário, para dar um prazo de pagamento, sob pena de resolução de contrato. O que aconteceu foi o pagamento



Assembleia Municipal de Óbidos		12
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

integral das prestações. O Senhor, a esta altura, não deve nada. Tem que apresentar uma garantia, tem ainda prazo para o fazer, no valor de seis mil euros, uma garantia bancária.--- Quanto aos G's a situação não mudou muito. Têm um dos G's que decorre de processo em tribunal. Houve uma audiência em tribunal que foi adiada, porque a Juíza não se sentia em condições, ou preparada, com a informação que tinha. Um outro foi adquirido e, portanto, também não sabe dizer quando é que termina este filme que herdaram em dois mil e dois. O seu anseio é o mesmo que cada um de nós, que é que isto termine, quanto mais rápido melhor. Crê haver bons sinais para haver resolução, sem terem que intervir muito no processo.-----

Quanto à intervenção do Deputado José Raposo, sobre a questão do hotel Marriott, como devem compreender, um Presidente de Câmara não pode, nem deve, estar a imiscuir-se na esfera do domínio privado. Sobre esse assunto não o ouviram dizer nada publicamente, sob pena de inquirar, ou de meter em causa o desenvolvimento do próprio Concelho.-----

Quanto à linha do oeste disse que o ofício do Presidente da OesteCim, remetido à Assembleia, enfatiza bem aquilo que foi o resultado e a vontade dos Municípios, expressa, em contestar aquilo que está no estudo da IEVA, que é muito pouco, já é bom, mas é muito pouco para aquilo que nós precisamos. O que nós precisamos é de tempos no processo que sejam substancialmente reduzidos. Com isto quer falar de ligação, reestruturação, eletrificação da linha. Mas mais do que isso, é preciso ter automotoras que possam responder a este desafio.-----

Têm tido algumas reuniões com o governo, continuam a insistir para que isso aconteça, propuseram-se fazer um estudo sobre a questão de mobilidade, de forma mais transversal, que agregue todos os meios de comunicação, quer ferroviários, quer rodoviários, precisamente para isso.-----

A estação não é património da Câmara e, portanto, tem existido uma estratégia da CP e da REFER de deixar muitas coisas destas maribundas, também para justificar a desativação da linha. Espera que haja uma inversão, é o seu anseio, e por isso estão tão empenhados em relação a isso.-----

Sobre o ponto da situação, quatro meses depois, da barragem, crê que foi um erro, porque não se queria referir à barragem, queria-se referir à rede de rega, ao plano de rega. Se quatro meses é muito, para quem espera desde mil novecentos e setenta e seis, por este projeto de rega, não sabe. Mas acha que é muito pouco para quem esperou este tempo todo. Vão ter obra em dois mil e catorze, com execução em dois mil e catorze. Mais do que isto não pode dizer.-----

Quanto à última questão que o Deputado Custódio Santos colocou, há muitos assuntos que estão a ser preparados, como o Deputado Miguel Silvestre aqui dizia. Há um trabalho de gabinete, também, que procura não descorar o futuro e procura olhar para o próximo quadro comunitário de apoio, como uma possibilidade de fazerem algumas coisas.-----

Essa, uma dimensão, onde está inserido o aqueduto e algumas partes da muralha, que tem alguns riscos. Foi feito um levantamento técnico exaustivo, de todos os problemas estruturais e menos estruturais, que podem correr dentro desta esfera mais nacional, e que a Vereadora já reuniu com a administração intermédia para prepararem uma candidatura para o futuro. É necessário que haja, também, da administração intermédia e da administração central compromissos. Estão a falar, também, do Senhor da Pedra. Não é só aqui.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		13
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

Há uma outra dimensão. Já foi a reunião de Câmara, também, e foi aprovado por unanimidade, que é trazerem pessoas com especialidade em pintura, precisamente para fazerem a caiação de muito daquele que é o património dentro da Vila.-----
Quanto à eterna questão das águas e saneamento disse que ela já é tão velha, tão velha, que nem já lhe conhece a origem. Vamos parar de olhar para a questão da Vila como a grande questão. Porque a questão da Vila não é diferente do resto do Concelho. Ou como é que acham que está o resto do Concelho em termos de conduta. Crê que não há aqui primeira e segunda, como alguns querem fazer passar. A complexidade dentro da Vila é muito maior de executar. Quer perceber como é que os comerciantes e os habitantes vão reagir a um plano de esventramento da Vila. Estão, também, a trabalhar esse dossier, mas garante que não é fácil. Se fosse fácil tinha sido resolvido nos momentos em que houve dinheiro em barba para saneamento e água, e não foi, seguramente, na década de dois mil.-----

--- O Vice-Presidente da Câmara disse que já iniciaram a preparação da colocação do betuminoso que passa, essencialmente, pela drenagem da estrada dos Casais Brancos e das linhas de água, dado que houve a necessidade de haver um reforço, reforço esse que se tornou obrigatório pelo desvio de algumas linhas de água a montante, nomeadamente provenientes da autoestrada e que sobcarregou aquela linha de água logo no início, junto à nacional da estrada dos Casais Brancos. Esse trabalho está feito. Naturalmente estão a falar de uma estrada que tem cerca de mil e cem metros de distância e estão a falar da estrada nacional até ao viaduto da autoestrada. É essa a parte que não foi pavimentada, porque já pavimentaram da autoestrada dos Casais Brancos, ao Fraldeu e à Capeleira. A estrada vai prever um ligeiro alargamento e uma drenagem que permita a manutenção durante muitos anos.-----

Relativamente às bocas-de-incêndio de Óbidos disse que as mesmas estão precisamente iguais às bocas-de-incêndio do resto do Concelho, especialmente aquelas que estão localizadas dentro dos aglomerados urbanos. Os ataques aos fogos não são feitos através das bocas-de-incêndio. Os Bombeiros têm os seus carros, com as suas bombas, com a sua capacidade. A pressão da água que sai de uma mangueira dos Bombeiros não é a mesma que circula nas nossas condutas. As nossas condutas, os nossos tubos, não têm a mesma capacidade de pressão que tem a pressão dos Bombeiros. Por isso o que se passa com as bocas-de-incêndio é que são meros abastecedores dos carros de combate, e diria, dos carros tanque que servem os carros de combate.-----

O que se passa em Óbidos e o que se passou no último incêndio, infelizmente aqui ocorrido, e que esteve presente, foi o facto de os reservatórios que abasteceram os carros de combate, que entraram, os Bombeiros de Óbidos têm três carros que entram dentro da Vila, apoiados pelos Bombeiros das Caldas e Peniche, que tiveram presentes, e foram abastecidos por carros tanque, sendo esse o combate normal, trivial, que se faz no combate a um incêndio urbano.-----

Não estejamos preocupados com a pressão, nem com o número de bocas-de-incêndio existentes, nem dentro da Vila, porque não é ligar uma mangueira às bocas-de-incêndio dentro da Vila, que resolve o problema de qualquer incêndio aqui dentro. Não há pressão suficiente, nem aqui, nem em lado nenhum. Estão a construir determinadas obras da Josefa de Óbidos e para a rede de incêndio interna, dentro da futura escola de Óbidos, existe uma bomba, um reservatório próprio, esse sim, com capacidade de intervenção direta, sem necessitar dos Bombeiros. Por isso, quando os Bombeiros aparecem, aparecem com os seus carros e a pressão é completamente diferente. Pensa que isto fica esclarecido para Óbidos e para todo o Concelho.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		14
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

A pressão de serviço, por norma, das nossas redes, das nossas casas, das nossas torneiras, andar à volta de quatro quilos, pode baixar, ou subir, por isso vai desde um quilo e meio e os seis quilos, é a pressão normal de serviço. Os serviços trabalham com pressão doze, dez, dezasseis quilos por centímetro quadrado de pressão de água. Isso são coisas completamente diferentes.-----

A rede de televisão é uma rede velhinha, é uma rede que tem vinte anos, à volta disso, é uma rede que tem as suas limitações. Tem sido reparada e melhorada ao longo do tempo e, pela primeira vez, têm um técnico especializado para fazer a manutenção desta rede. Têm pessoal técnico a trabalhar, exclusivamente, na rede de Óbidos, a tentar melhorar, a tentar retirar e verificar peças. O que muitas vezes acontece, é que quando alguns amplificadores, ou algum equipamento avaria, não podem ir à loja comprar. As compras nas Câmaras não é como fazemos em casa. Tem que haver um procedimento, uma requisição, fundos, e isso, às vezes, demora um bocadinho.-----

As pessoas têm pouco sinal, compram uns amplificadores para pôr em casa e quando a rede exterior é melhorada, existe um conflito, entre a aplicação que é feita em casa e a qualidade do sinal que lá chega. Por isso têm, também, que fazer intervenção dentro da casa das pessoas, de modo a que, nalgumas situações, se retire a amplificação que as pessoas compraram. A melhoria da qualidade da rede evitou que estes amplificadores pessoais se justifiquem. Nunca a Câmara, os habitantes e comerciantes tiveram a possibilidade de ter uma qualidade de imagem e uma reparação rápida das avarias que possam acontecer, por força de terem um técnico de manutenção perfeitamente conhecedor do assunto.-----

--- O Deputado José Raposo disse que em dois mil e onze, ou dois mil e doze, a própria Câmara Municipal, a requerimento do eleito do PCP na Assembleia, forneceu, na altura, um conjunto de dados, sobre a forma de documentos, relacionados com a exploração desta pedreira, de entre os quais consta uma decisão conjunta da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, da ex-Direcção-Geral de Energia e da Câmara Municipal de Óbidos, em que era dado um prazo de seis meses para o proprietário repor nas condições iniciais, os terrenos onde estava a efetuar a dita exploração.-----

O relatório que lhes é fornecido com esta decisão, diz, claramente, que não está atribuída ao explorador da pedreira qualquer licença de exploração. Ao que sabem, posteriormente, a ex-Direcção-Geral de Energia não atribuiu nenhuma licença extraordinária ao mesmo proprietário. O que é certo, é que até agora a reposição não foi feita e já decorreu, bem, bem, um ano e meio.-----

--- O Presidente da Câmara disse que a reposição a que se refere, é a reposição, precisamente, nos terrenos do domínio privativo do Município. É rigorosamente assim. A Câmara não licencia. Eles têm uma autorização provisória do Ministério da Economia.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- **PONTO DOIS - PROPOSTA DE REGIMENTO – RECOLHA E APRECIACÃO DE CONTRIBUTOS** – O Presidente da Assembleia disse que foi distribuído uma proposta de regimento da Assembleia Municipal, que tem, fundamentalmente, como objetivo central nesta sessão, recolher contributos e, também, poderem fazer alguma apreciação e até, se a Assembleia considerar que esta versão, mesmo que ganhe alguns melhoramentos ou algumas correções, de se poder fazer a própria aprovação, durante esta mesma sessão. Se entender que não está capacitada, ou que necessita de amadurecer os contributos que vierem a ser apresentados, farão na próxima reunião.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		15
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

Confessa que está deseioso de ter um regimento para poder trabalhar, de modo a orientar, de uma forma mais rigorosa, mais democrata, mais legitimada, pela vossa participação. Acha que o regimento não deve ser um regimento da maioria, acha que o regimento deve ser um regimento construído por toda a Assembleia. Há, aliás, alguns deveres e alguns direitos dos membros da Assembleia, que crê que estão esquecidos. Não se recorda, em relação a uma das matérias que se discutiu, de ver nenhuma proposta formal por parte de quem aqui evocou não se ter realizado uma Assembleia sobre o vinte e cinco de abril, de terem tido a iniciativa de propor uma Assembleia nesse dia.-----

Isso faz parte dos direitos dos membros da Assembleia, propor, também, nos termos que a Lei assim o consigna, não só a realização de sessões, como, também, a inclusão de pontos na nossa ordem do dia. É muito fácil queixarmo-nos.-----

O regimento não pode ficar como sendo uma tarefa exclusiva da Mesa. Cumprem com o apoio dos juristas, do secretariado da Câmara Municipal, que trabalhou nesta proposta. Temos aqui duas grandes questões, que gostaria de chamar à atenção.-----

A primeira é o facto de nós criarmos a possibilidade de no período antes da ordem do dia, ou antes do período antes da ordem do dia, haver um período para a intervenção do público. Não está aqui a falar das autorias. O que quer é um regimento, se possível, aprovado por unanimidade, portanto, construído por todos. Um dos membros da Assembleia já tinha feito uma intervenção nesse sentido. Outras pessoas já o tinham abordado nesse sentido. Crê que é bastante pertinente terem um período de intervenção do público antes da ordem do dia. Mas é importante ouvir todos. É importante que todos se sintam bem com a redação do regimento. Não podem andar eternamente a discutir redações, palavras. Apela a que o façam, porque até agora os contributos têm sido muito, muito, escassos. Fez esse apelo. Na última Assembleia voltou a fazê-lo. Têm tido muito poucos contributos que lhes tivessem feito chegar.-----

Solicitou aos serviços para incluir, como ponto da ordem de trabalho, exatamente com esta redação, contributos, para que eles possam aparecer, para que, de uma vez por todas, não haver gente eleita, membros da Assembleia, que não se sintam perfeitamente enquadrados, ou que não se revejam no regimento.-----

A segunda grande questão é a possibilidade da gestão da própria Assembleia em determinadas matérias, seja das reuniões, seja na condução das iniciativas, ou de ações que possam partir da Assembleia, os representantes assumam uma figura mais consultiva do próprio Presidente da Assembleia, da própria Mesa da Assembleia. Há aqui a criação, trazida para este texto, de algo que é possível ser criado, digamos, o grupo de representantes dos grupos municipais e que possa conferenciar para resolver algumas situações.-----

Acha que todos querem uma Assembleia fluída, rica, densa, mas que possa funcionar bem. A Assembleia não é sua, é apenas o representante e também quer que percebam a Assembleia fora das reuniões da Assembleia, sempre que há iniciativas, como esta, das comemorações dos quarenta anos do vinte e cinco de abril. Que a Assembleia sinta que estando o Presidente da Assembleia, está representada a Assembleia. Por isso vai participando, também, em muitas das iniciativas para as quais o convidam, e, portanto, alargando essa participação, sem prejuízo dos membros da Assembleia participarem, também, nas iniciativas que a própria Assembleia se associa.-----

--- A Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que relativamente à questão do regimento, três notas.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		16
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

A primeira para saudar esta primeira versão. Regozijarem-se com a questão da intervenção do público aparecer antes da ordem do dia. Essa é uma reivindicação já longa da parte do PS e acham que vem honrar a participação e a democraticidade deste órgão.-----
O Regimento tem de ser, na perspetiva do PS, um bom documento. Tem de ser um documento eficiente, tem de ser um documento eficaz. Nós todos, coletivo, Assembleia, devemos reverse neste documento. Do ponto de vista do PS devia ser votado por unanimidade.-----

Isto não é compatível, do seu ponto de vista, com hoje, cada um, trazer as suas observações e votarem o documento. O documento está ainda, do seu ponto de vista, longe da sua formação final. Também considera que não é para arrastar, que isto deve ser uma coisa feita no próximo mês, para ser votado na Assembleia de junho.-----

Acha que a forma mais eficaz de o fazer seria designar alguém, ou uma, ou duas pessoas de cada grupo municipal e, até através de correios eletrónicos, e de uma, ou duas, reuniões apurarem e acertarem uma versão definitiva deste documento.-----

Pensa que seria mais fácil, do que hoje estarem aqui a perder muito tempo com isto. Tem cinco páginas de observações, algumas têm que ver com a compatibilização do documento com a legislação, que, certamente, por lapso, alguma legislação mais recente não foi considerada aqui no documento. Há, também, algumas questões de sistemática do próprio documento. Há outras notas que pensa que deviam ser aqui contempladas e que são, pensa, consensuais.-----

Em nome da eficácia do processo e em nome, também, da unanimidade que pensa dever merecer, porque ele, para ser eficaz, eficiente e para, efetivamente, ser um instrumento de regulação destas Assembleias, e aproveita para aqui mencionar uma outra nota, pensa que está a falar por muita gente, estas Assembleias tornaram-se ao longo do tempo, momentos um bocadinho fastidiosos, e que não se observava o regimento anterior. O regimento anterior estava esquecido e estava dentro de uma gaveta. Este, para ser eficaz, eficiente e útil, tem que ser consensualizado por todos e tem que ser, efetivamente, um instrumento que torne estas reuniões em momentos eficazes de exercício da democracia, e que também não se torne numa grandessíssima massada para todos.-----

Preferia e propôs que ficasse aqui designada uma comissão de redação do documento, com o compromisso de o trazerem em forma final, para a próxima reunião da Assembleia.-----

--- O Presidente da Assembleia disse que lhe parece que a proposta é boa e lançava um desafio à Deputada Maria Cristina Rodrigues e um desafio, também, às bancadas do PSD e do PCP, no sentido de convidar a Deputada, em conjunto com quem tem trabalhado mais estes aspetos por parte do secretariado, e alguém que quisessem indicar, por parte do PSD e do PCP, e de alguma forma, não lhe dando um estatuto de comissão, que se arrastasse com atas dessas reuniões, nada disso, pudessem, a título consultivo, auxiliar a Mesa, com a vantagem da Mesa ter vertida aquilo que vocês, membros da Assembleia, pensam do regimento que querem para atingirem a tal unanimidade.-----

Parece-lhe que isto não choca nada com a visão diferente que cada um tem sobre a problemática e sobre as questões, mas acha que seria muito importante, não sendo muito apologista de unanimismos, que todos se revissem neste regimento, como instrumento de bom funcionamento da Assembleia.-----

--- A Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que de unanimismos também não gosta definitivamente. Estava a falar, mesmo, de unanimidade em torno de um documento de todos. De todas as formas pode dispor se si, naturalmente, para aquilo que entender.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		17
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

--- O Presidente da Assembleia disse que lhe parece bem essa forma, troca de redações, e depois, eventualmente, encontrarem-se para um abrilhantamento final da versão. Este documento de trabalho serviria, então, como uma base de trabalho. Deixaria que o PCP e alguém do PSD se juntassem ao grupo. Não vão fazer nenhuma votação. O representante de cada grupo comunicará à Mesa quem acompanharia a Deputada Maria Cristina Rodrigues, nesta missão.-----

--- O Deputado José Raposo disse que sobre este processo de revisão do regimento e dando resposta ao Presidente da Assembleia, no sentido do bom desenrolar dos trabalhos da sessão, também pensam que o mais correto seria a constituição de um grupo de trabalho, que pudesse, a partir do documento que foi distribuído, construir uma proposta de revisão do regimento.-----

Indicarão, oportunamente, quem os fará representar nesse grupo de trabalho para a revisão do regimento. Não irão, aqui, adiantar questões relacionadas com as alterações que aqui são propostas, ou as suas propostas, também.-----

--- O Deputado Francisco Teixeira disse que a sua formação não é jurista, portanto não sabe se aquilo que vai dizer colide com algum regulamento, com alguma regra, o que quer que seja. Estão todos aqui a celebrar o pós vinte e cinco de abril, a democracia e o facto de o povo ter podido, finalmente, ter acesso à liberdade, ou a liberdade ter deixado de estar tão condicionada como estava antes do vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro.-----

Aquilo que lhe quer parecer, principalmente do regimento, para além de uma série de outras questões, é a intervenção do público, que é, no fundo, também, a questão mais importante do que acontece aqui, nesta Assembleia. Essa questão devia passar à frente de todo o resto do ordenamento do regimento, ou seja, caso seja possível, e se todos estivessem de acordo, essa alteração podia ser votada já, e hoje, porque é uma única questão, é a questão fundamental, é a questão que é mais preponderante para a democracia que todos defendemos, se execute.-----

--- O Deputado Miguel Silvestre disse, em relação à bancada do PSD, que estão de acordo com a proposta e com o desafio lançado, em relação a este grupo de trabalho informal. Crê, que no entanto, que não fará muito sentido estarem a fazer votações de pontos particulares, quando vai haver esse trabalho. Não são contra o princípio, parece-lhes é que não fará sentido, neste momento, votar uma coisa, que vai ser trabalhada por este grupo. A Deputada Anabela Adónis será a representante daquela bancada no grupo, para participar nesse projeto.-----

--- O Presidente da Assembleia disse que segundo percebeu da intervenção da Deputada Maria Cristina Rodrigues, a quem agradece muito a interação que despoletou para a participação, do lado das bancadas, no documento, que era, exatamente, aquilo que queriam que acontecesse, que fosse um trabalho de envolvimento, a mesma iria, exatamente, em sentido contrário àquilo que agora veio dizer, ou seja, não vamos discutir aqui aspetos particulares, artigo a, artigo b. Vão-se sentar, amadurecer, olhar de uma forma mais ampla para o documento e construir uma redação final.-----

--- O Deputado José Raposo disse que a Assembleia deve fixar o prazo de conclusão dos trabalhos. Nesse aspeto, estão inteiramente de acordo com a sugestão feita pela Deputada Maria Cristina Rodrigues, no sentido de haver uma proposta a submeter à apreciação na próxima sessão da Assembleia Municipal, que em princípio será em junho, obrigatoriamente.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		18
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

--- O Presidente da Assembleia disse que a ideia é hoje provocar, aqui, alguma reflexão mais generalizada, podermos, se se sentirem confortáveis, fazer a apreciação já, ou fazê-la, no máximo, na próxima reunião ordinária. Terão sessenta dias, dois meses, mais coisa, menos coisa. No final do mês de junho terão nova Assembleia ordinária e, portanto, nessa criavam esta disciplina de terem o regimento.-----

Hoje têm uma participação do público, extremamente reduzida. Esta questão podia ser um bocadinho mais controversa, porque há quem ache que seja mais facilitadora, para as pessoas virem mais cedo e, portanto, participarem no início. Acharam que deviam incorporar, porque havia tantas vozes nesse sentido. Mas também há quem goste de intervir, deixando que a Assembleia amadureça e que possam intervir mais no fim. O que é importante é que o público tenha, de facto, intervenção.-----

Como Presidente da Câmara, durante doze anos, teve uma boa experiência. Procurou suscitar muito, intervenções do público, fazendo reuniões desconsertadas e descentralizadas. O facto de elas falarem no início funcionou muito bem, nunca houve nenhum prejuízo para o bom funcionamento do órgão.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.----

--- **PONTO TRÊS - NOMEAÇÃO DE UM REPRESENTANTE (E SUPLENTE) DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS, DE ACORDO COM O PREVISTO NO ART.º 14.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS** – Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil cento e oitenta e um, de vinte e dois de abril do corrente ano, solicitando a nomeação de um representante da Assembleia Municipal e suplente, para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil do Município de Óbidos, conforme previsto no art.º 14.º do Regulamento de Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Óbidos.-----

--- Foi presente uma proposta conjunta do PSD e do PS, que a seguir se transcreve: “A bancada do PSD e do PS propõem, dando cumprimento ao ponto 3 da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal de Óbidos, uma proposta de lista conjunta composta pelos seguintes elementos: Efetivo – Luís Ribeiro; Suplente – Albino Sousa.”.-----

--- Como não houve intervenções, foi a proposta posta à votação secreta, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor, dois votos nulos e um voto em branco.-----

--- Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- **PONTO QUATRO - NOMEAÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES (E SUPLENTE) DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA, DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 9.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA** – Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil cento e oitenta e dois, de vinte e dois de abril do corrente ano, solicitando a nomeação de dois representantes da Assembleia Municipal e suplente, para integrar a Comissão Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia.-----

--- A Deputada Ana Carvalho lembrou que falta cumprir o que foi deliberado pela Assembleia Municipal, no anterior mandato: dar o nome de José António Pereira Júnior a uma artéria municipal, tendo sido sugerido que seja uma rua junto ao Estádio Municipal e/ou Escola Josefa de Óbidos.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		19
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

--- Foi presente uma proposta conjunta do PSD e do PS, que a seguir se transcreve: “A bancada do PSD e do PS propõem, dando cumprimento ao ponto 4 da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal de Óbidos, uma proposta de lista conjunta composta pelos seguintes elementos: Efetivos – Fernando Jorge e João Paulo Cardoso; Suplentes – Ricardo Duque e Albino Sousa.”-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a proposta posta à votação secreta, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor e dois votos nulos.-----

--- Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- **PONTO CINCO - NOMEAÇÃO DE QUATRO REPRESENTANTES (E DOIS SUPLENTES) DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAREM A COMISSÃO ALARGADA DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, DE ACORDO COM A ALÍNEA L) DO ART.º 17.º DA LEI N.º 147/99, DE 1 DE DEZEMBRO** – Presente o ofício da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, número vinte e sete, de dois de abril do corrente ano, solicitando a designação de quatro pessoas, a fim de integrarem a comissão alargada da comissão de proteção.-----

--- Foi presente uma proposta conjunta do PSD, PS e CDU, que a seguir se transcreve: “A bancada do PSD, PS e da CDU propõem, dando cumprimento ao ponto 5 da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal de Óbidos, uma proposta de lista conjunta composta pelos seguintes elementos: Efetivos: Margarida Reis, Miguel Oliveira, Joana Machado e Sílvia Maurício Correia; Suplentes – Albino Sousa e Anabela Adónis.”-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a proposta posta à votação secreta, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

--- Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- **PONTO SEIS - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DO JÚRI PARA A INSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL DE RECRUTAMENTO PARA O CARGO DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 3.º GRAU DA SUBDIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS** – Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil cento e noventa e oito, de vinte e dois de abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a proposta de designação do júri para a instrução do procedimento concursal de recrutamento para o cargo de dirigente intermédio de 3.º grau da Subdivisão de Recursos Humanos.-----

--- Como não houve intervenções, foi a proposta de designação do júri para a instrução do procedimento concursal de recrutamento para o cargo de dirigente intermédio de 3.º grau da Subdivisão de Recursos Humanos, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

--- Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- **PONTO SETE - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO CONTEÚDO FUNCIONAL DE UM POSTO DE TRABALHO DO MAPA DE PESSOAL** – Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil cento e oitenta e oito, de vinte e dois de abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a proposta de alteração do conteúdo funcional de um posto de trabalho do Mapa de Pessoal de dois mil e catorze.-----

--- O Deputado José Machado disse que este ponto da agenda é sobre um pequeno detalhe do mapa de pessoal, sendo útil enquadrá-lo, debatendo a visão da evolução do pessoal, tendo presente o Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos.-----

--- Não resisto a utilizar a seguinte metáfora:-----



Assembleia Municipal de Óbidos		20
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

A uma pessoa com grave problema de saúde no coração é dada prioridade ao tratamento de um calo num pé com a justificação de que assim deslocar-se-á mais facilmente ao serviço de cardiologia.-----

Esta assembleia deveria dar prioridade a debater as grandes questões.-----

Analisemos, em poucos minutos, aspetos da importante e delicada situação quanto ao pessoal.-----

Em 2009, a Câmara de Óbidos tinha 360 funcionários e acabou o ano de 2013 com 304, havendo uma redução de 56 funcionários nesse período, sem contar com a empresa municipal nem com os recibos verdes.-----

No mesmo período, na empresa municipal, houve uma redução de cerca de cerca de 30 funcionários, também não contando com os recibos verdes.-----

Quer isto dizer que nos últimos 4 anos, houve uma redução superior a 80 funcionários, incluindo a empresa municipal e não contando com os recibos verdes.-----

Face a esta evolução, feita sobretudo através da não renovação de contratos a prazo, impõe-se a pergunta:-----

Como prevê a Câmara reduzir as despesas com pessoal, não incluindo aqui a empresa municipal, dos cerca de 5 M€, mais precisamente 5.065.583,67 €, gastos o ano passado, para os cerca de 4,4 M€, mais precisamente 4.423.617,03 €, segundo o Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos a que se submeteu para receber o último empréstimo de médio e longo prazo, no âmbito do PAEL?-----

Sendo, atualmente, poucos os funcionários que terão condições para se aposentarem e também poucos os contratados a prazo, fica a dúvida como irá ser feita a redução de 641.966,64 €, em despesa com pessoal, até ao final do próximo ano, para ser observado o compromisso da Câmara, no Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos.---

De acordo com o referido Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos, continuará a redução dos custos com pessoal.-----

Falar no rácio de 25% para as despesas com o pessoal, face à despesa global, relativamente ao ano passado, é ilusório. O orçamento de investimento, designado de capital, é variável, de ano para ano, e a participação do pessoal da Câmara nessas obras tem tido um peso financeiro residual, dado que a generalidade dessas obras é feita por empreitada. Assim, o rácio importante é a divisão das despesas com pessoal pelas despesas correntes.-----

Segundo o mencionado Plano de Ajustamento, em 2015, as despesas correntes serão de 8.664.304,76 €, sendo então as despesas com pessoal 51% das receitas correntes do próximo ano, se se cumprir o citado Plano de Ajustamento.-----

Para a Câmara honrar os compromissos com o pessoal e manter os apoios às freguesias e associações, é indispensável cortar nas “gorduras”, designadamente em fornecimentos e serviços externos que se elevam a milhões de euros por ano e que, para além de incluírem valores em que se deverá evitar cortes, há ainda margem para muitas reduções, nomeadamente motivando e aproveitando melhor os cerca de 350 funcionários da Câmara e da empresa municipal.-----

--- O Presidente da Câmara disse que têm que cumprir com a Lei da execução orçamental, e por isso têm que reduzir a percentagem que esta Lei obriga. Estão a cumprir, escrupulosamente, aquilo que a Lei os obriga.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a proposta de alteração do conteúdo funcional de um posto de trabalho do Mapa de Pessoal de dois mil e catorze, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezassete votos a favor e dez abstenções.-----

--- Aprovado em minuta por unanimidade.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		21
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

--- **PONTO OITO - APRECIÇÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PARA A REPARTIÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DE FORMA A DAR CUMPRIMENTO AO ESTIPULADO NO ART.º 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, CONJUGADO COM O PREVISTO NO ART.º 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO** – Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil cento e oitenta e seis, de vinte e dois de abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização prévia, a repartição de compromissos plurianuais de forma a dar cumprimento ao estipulado no art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o previsto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.-----

--- O Deputado Francisco Teixeira perguntou se só se consultou uma entidade? Foi aberto concurso público? Foram consultadas outras entidades? Qual a razão da opção por esta entidade?-----

Aqui voltamos ao mesmo. Lembramos os 40.000 euros destinados à sociedade de advogados do Dr. Morais Sarmiento, votados em Fevereiro passado, para além dos 5.000 euros que se vai pagar por causa do caso do Pingo Doce. Vemos nesta proposta, para além dos extras, um custo mensal aproximado de 4.000 euros mês. Não se está a gastar a mais? O custo destes advogados inclui despesas extraordinárias como as deslocações a tribunal?-----

--- O Presidente da Assembleia disse que as questões levantadas pelo Deputado são completamente extemporâneas ao assunto. O Presidente da Câmara, responderá, se assim o entender.-----

Aquilo que está em discussão é a autorização desta Assembleia para dois tipos de contrato, que está devidamente distribuído na documentação. Prestação de serviços de certificação legal de contas e auditoria externa às contas de dois mil e catorze, dois mil e quinze e dois mil e dezasseis e prestação de serviços para pagamento dos recibos de água e do programa crescer melhor por sistemas multibanco e débito direto. É isso que a Assembleia tem aqui para autorizar, mais serviços de assessoria jurídica e fornecimento em contínuo de produtos para o enxoval do recém-nascido.-----

São estes, e só estes, os assuntos que compete à Assembleia autorizar, na sequência da deliberação da Câmara Municipal, por unanimidade.-----

--- O Deputado Francisco Teixeira disse que cada um escolhe para onde quer olhar. Para a parcela ou para o todo.-----

--- O Presidente da Câmara disse que, concretamente aos revisores oficiais de contas, foi feito um ajuste direto. Há uma proposta de ajuste direto para isto. Mas o que está aqui em causa é a repartição dos encargos, não é outra coisa.-----

A outra questão que coloca, relativamente aos cinco mil euros que falou há pouco, está dentro deste valor, ou seja, foi uma parte do valor que se tem que deduzir aqui. O que está aqui é um valor previsional, não é um valor já gasto. É uma previsão. Os processos de pequena monta, o que está estabelecido com esta sociedade de advogados, é que cubram o patrocínio jurídico. Não há deslocações aqui em causa.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a autorização prévia para repartição de compromissos plurianuais de forma a dar cumprimento ao estipulado no art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o previsto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezoito votos a favor, dois votos contra e oito abstenções.-----

--- Aprovado em minuta por unanimidade.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		22
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

--- PONTE NOVE - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E A RESPECTIVA AVALIAÇÃO – 2013, CONFORME PREVISTO NA ALÍNEA L) DO N.º 2 DO ART.º 25 DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil cento e noventa e dois, de vinte e dois de abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação – dois mil e treze, conforme previsto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- O Deputado Francisco Teixeira disse que duas considerações são levantadas sobre este inventário.-----

A primeira é saber qual, deste património, é que a Câmara pretende vender mesmo, ou seja transformar em liquidez?-----

A outra é o valor de alguns lotes, pois que verifico que há partes da encosta do Castelo que estão valorizados quando é zona não edificável e protegida, pelo que, em rigor, o terreno não possui valor algum que não seja apenas simbólico. Imagine-se que se atribui o preço de um milhão de euros à Praça de Santa Maria, é um absurdo pois que, para lá do valor patrimonial, não possui valor transacionável, assim vale simbolicamente apenas. Outra coisa que me parece surreal é o valor atribuído a cemitérios, pois duvido que, em algum momento, se possam transacionar, a não ser que apareça algum necrófilo. Gostava, pois, de ser elucidado.-----

---O Deputado Jorge Veloso disse que a sua questão, era a que o Deputado Francisco Teixeira acabou por dizer, porque quando referem esta lista, notou que vários imóveis teriam um valor um bocadinho inflacionado. Se isso para os rácios do Município será muito bom, por outro lado, induzem um bocadinho em erro.-----

Foi referido qualquer coisa sobre o ROC, isto estava tudo validado, mas neste caso, embora as contas do Município pareçam bem de saúde, segundo este rácio e essa elevada liquidez que lá apresentava, parece que deveriam, na próxima listagem de inventário, fazer uma melhor divisão dos bens.-----

Há muitos bens que lá estão referidos, que embora seja património do Município, não deveria de constar. Normalmente, quando é para rácio da dívida, deveria de ter elementos como património, urbanizável, ou não urbanizável, e outro que seria o património do Município. Acha que se deveria fazer uma listagem melhor dividida, para a próxima vez.---

--- O Deputado José Oliveira perguntou se esta avaliação for feita por autorrecriação, foi feita por um perito avaliador, por algum técnico competente para tal. Com que base é que ela foi feita e por quem.-----

--- O Presidente da Câmara disse que pela primeira vez, durante décadas de existência da Autarquia, conseguiram fazer o inventário de todo o património do Município. Coisa rara no país. Esta coisa do inventário não é uma coisa que lhes apeteça e que os apeteça para o bem e que vão usá-las para o bem. Elas também têm coisas perniciosas.-----

Isto tem aqui uma entidade externa, credenciada, foi objeto de concurso para fazer esta avaliação. A própria entidade tem regras próprias para cumprir. Uma das regras, entre muitas regras, é, precisamente, a natureza do solo, qual é a natureza, qual é a classificação. E em função disso é que se atribui o valor, o valor de mercado, que não é definido por nenhum elemento desta Assembleia, nem de qualquer Câmara deste país. É assim que as coisas se fazem.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		23
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

Por mais surreal que possa parecer, a questão de um cemitério. É verdade que um cemitério teve um investimento e esse investimento, nas regras do Pocal, tem que ser amortizado.-----

Se fosse de jeitos, a nós até nos dava jeito baixar os valores, porque tínhamos valores de amortizações muito mais baixos. Dos oitenta e sete milhões de euros de património, têm muito património adquirido, desde dois mil e dois para cá, e que é um ativo que se pode transformar num ativo circulante, que pode ser vendido, alienado. Estão a falar de lotes e estão a falar de dezenas de milhões de euros.-----

Se a pergunta é: O Município está interessado em alienar já? Não, o Município não está interessado em desbaratar. Quando tiver condições de mercado para isso, discutirá, virá à Assembleia, e nessa circunstância tomaram decisões. Mas só nessas circunstâncias.-----

Acha, até, que há aqui uma certa atitude de desconhecimento de como é que estas coisas se fazem, porque um revisor oficial de contas não se imiscui na forma de como é feita a avaliação do património. Os revisores oficiais de contas têm um entendimento de que o Município de Óbidos é dos poucos do país que tem o total do inventário feito. A forma como se coloca em exposição esse património, nessa listagem, é, também, das regras do Pocal. Os indivíduos que trabalham com o software estão obrigados a cumprir a forma de apresentação das coisas.-----

Se perguntarem qual é o valor em lotes que têm aqui, ele circunscreve-se na ordem dos trinta milhões de euros. Isto foi objeto de deliberação de Câmara, na altura, e foi apresentado ficha a ficha. Tinham os critérios todos. Portanto, não há forma de inventar.---

--- O Deputado José Machado disse que há dois anos atrás houve a redução de muitos milhões de euros da valorização do património. É verdade que houve uma entidade externa que fez a avaliação do património, alguns anos depois de reparos e insistências, designadamente do Tribunal de Contas. A Câmara fê-lo, e está muito bem.-----

Mas na primeira versão havia uma sobreavaliação, e foi feita uma revisão em baixa. É só verem o balanço de há dois anos, a redução que houve no ativo.-----

Todos, no fundo, têm razão. Os bens devem estar listados, todos estão de acordo. Agora, alguns, ou se calhar todos, se interrogam sobre o real valor. Há dois anos atrás, esta preocupação foi tida em conta e houve uma redução em baixa de milhões. Não sabe se daqui a um ano, dois, ou três, haverá uma nova operação idêntica. Mas este não é o assunto mais importante do Município. É uma questão mais burocrática.-----

--- O Presidente da Câmara disse que a empresa, para fazer esta revisitação às infraestruturas, designadamente, de saneamento e de estradas, foi preciso evidenciar prova, com várias empreitadas, para mostrar que o valor de mercado era outro. Foi a redução do valor unitário, metro linear de condutas e metro quadrado de asfalto, com factos, evidências, provas, e não foi só uma, foram várias.-----

Houve, muita resistência por parte da empresa para que isso acontecesse. Em função disso, é que acabaram por perceber que, efetivamente, o Município de Óbidos, tinha conseguido mostrar prova, factos, que lhes podia dar o conforto para poderem reduzir esses valores. Porque as evidências de mercado mostravam, efetivamente, que o valor do mercado era, nalguns casos, até superior ao valor que estava aqui.-----

--- O Presidente da Assembleia chamou à atenção que, em relação aos valores, todos nós podemos concluir que não concordamos com determinados valores. Olha para série de imóveis que valem mais de dez vezes os valores que estão aqui. Vê aqui lotes, em área urbana, a oito mil euros, por exemplo, no Bairro dos Arcos, onze mil euros dentro da Vila, antiga sinagoga, por aí fora.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		24
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

O que não pode ficar é a ideia de que os órgãos municipais manipulam os documentos oficiais e subvertem as regras do jogo. Isso é muito importante que não pareça essa suspensão permanente, que por vezes se tenta fazer sobre órgãos municipais. Chamou à atenção para a discordância que podem fazer em relação aos valores. Outra questão é achar que questões meramente técnicas e jurídicas possam ser manipuláveis, do ponto de vista político.-----

--- O Deputado Custódio Santos perguntou o que é que vai acontecer aos lavadouros que foram feitos. De facto, houve um investimento no Concelho. Têm pequenos espaços que até estão dentro de propriedades. De facto, há um investimento, mas aquilo está abandonado. O que é que vai acontecer a isso.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação – dois mil e treze, conforme previsto na alínea l) do n.º 2 do Art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, posto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor e onze abstenções.-----

--- Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- **PONTO DEZ - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2013** – Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil cento e noventa e cinco, de vinte e dois de abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Óbidos, relativo ao exercício de 2013.-----

--- O Deputado José Machado referiu um conjunto de dados que disse ter retirado do documento recentemente distribuído aos deputados municipais, sobre as contas da Câmara de Óbidos do ano de 2013.-----

Salientou que é apresentado um resultado negativo, isto é, um prejuízo de 2,7 milhões de euros, relativamente ao exercício do ano passado.-----

Recorrendo a um gráfico que projetou, mostrou que, em 2008, a Câmara tinha uma dívida bancária de médio e longo prazo no valor de 2,4 M€. Em 2012 já estava em 6,3 M€ e no final de 2013 atingiu 9,3 M€. Esclareceu que nestes valores não está incluída a dívida bancária da empresa municipal. Prosseguiu dizendo que, em 2013, foi feita transferência de mais de 3 milhões de dívida de curto prazo para médio e longo prazo, devido ao empréstimo obtido através do PAEL, que consistiu em “empurrar compromissos com a barriga para a frente”, isto é, vão pagar-se até 2026 despesas correntes de há anos atrás.-----

Essas dívidas atrasadas eram despesas correntes, tais como faturas de eletricidade e até anúncios na imprensa.-----

Prosseguiu dizendo que, no último ano, o passivo da Câmara de Óbidos aumentou 2 M€, subindo de 29,7 M€ para 31,7 M€.-----

José Machado afirmou também que a dívida bancária de médio e longo prazo da Câmara de Óbidos aumentou, desde 2008, num ritmo muito superior ao registado na preocupante dívida pública nacional durante o anterior e o atual Governo.-----

Este deputado municipal disse que, em 2013, as despesas correntes foram superiores às receitas correntes.-----

Recordou que, nos últimos anos, a Câmara tem recebido cerca de 10.000 € por dia, incluindo sábados e domingos, de receitas extraordinárias do empreendimento Falésia D’ El-Rey. Contudo, essas receitas extraordinárias terminam este ano. E não obstante de serem recebidos, nos últimos anos e até ao próximo outono, 18 milhões de euros de



Assembleia Municipal de Óbidos		25
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

receitas extraordinárias, de dois empreendimentos turísticos (7,5 M€ de Royal Óbidos e 10,5 M€ da Falésia D'El-Rey) a dívida bancária de médio e longo prazo aumentou muito.- Recordou que o PSD de Óbidos, no ano passado, antes das eleições, dizia que as dívidas a receber pela Câmara eram de valor quase equivalente às dívidas a pagar e, por isso, a situação financeira era muito boa. Citou o comunicado do PSD em que foi afirmado: Temos assistido nos últimos tempos, a um conjunto de afirmações públicas, pelos protagonistas dos partidos da oposição, que carecem de conhecimento ou de seriedade. Não é sério ou não sabe quem fala na dívida de 11 milhões de euros sem falar na dívida de cerca de 10 milhões de euros que terceiros têm com a Câmara.-----

In Jornal das Caldas de 12 de Junho e Gazeta das Caldas de 14 de junho, ambos de 2013.-- Concluiu dizendo que, infelizmente, a realidade é bem diferente e que é preocupante como será a situação financeira da Câmara de Óbidos no próximo ano.-----

Lembrou que houve a sentença condenatória do Município, no caso Pingo Doce, e embora tenha havido recurso, há elevado risco, devido a ter sido o 4º julgamento sobre o caso em que a Câmara não ganhou. Perguntou se há nova distração do ROC, tal como tinha acontecido há anos, quando a contabilidade não tinha registado no passivo o valor de 500.000 euros relativo à comparticipação de um empreendimento turístico, para a construção da estrada que ligará o IP6 à orla marítima e cuja obra ainda não começou.-----

Disse que só após muita insistência sua, foi feita essa correção contabilística. Parece que agora se está a repetir um erro de tipo idêntico, ao não ser reforçada a provisão contabilística para o processo do caso Pingo Doce.-----

Há que questionar o ROC antes que o Tribunal de Contas se aperceba desta realidade.-----

O Deputado José Machado disse que a maioria dos milhões de euros que a Câmara tem vindo a receber de dívidas de terceiros, deveria ser para amortizar a dívida bancária de médio e longo prazo e não continuar a gastar esse dinheiro em gestão corrente.-----

Acrescentou que era bom ser verdade ir receber-se 2 M€ da Proturis, num processo que se arrasta há cerca de 10 anos, mas mesmo admitindo que a Câmara consiga obter os lotes de terreno em causa, o seu valor comercial desvalorizou.-----

Quanto à obra da Escola Josefa de Óbidos, nas contas municipais de 2013, disse que o respetivo custo é suportado pela União Europeia e pelo Governo, funcionando a Câmara como intermediário com o empreiteiro.-----

Referiu que na véspera foi enviado aos deputados municipais um correio eletrónico com a substituição da página 40 do documento das contas de 2013, esclarecendo que foi excluída das dívidas da Câmara a fatura relativa à empreitada para requalificação da Escola Josefa D'Óbidos, no montante de 530.368,32 €, uma vez que esta despesa tem financiamento a 100% e, assim, é considerado não ter qualquer relevo para a dívida do Município. O Deputado José Machado comentou que não foi este o critério utilizado noutras circunstâncias, anteriormente na Câmara de Óbidos e disse que, para se compreenderem melhor as contas do Município, seria interessante fazer o exercício de retirar os valores recebidos e pagos das comparticipações de obras de investimento por outras entidades.-----

O Presidente da Câmara começou por fazer um lamento, por mais um perfeito exercício da maior demagogia, aliás um insulto à inteligência de muitas pessoas. Foi isso que sentiu neste exercício que o Deputado José Machado já o habituou. Nem o Deputado, sequer, já é acompanhado pelos representantes do PS na Câmara, e que tiveram uma postura, absolutamente, diferente daquela que o Deputado teve aqui.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		26
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

Dito isto, quer dizer-lhe que o PSD escreveu aquilo naquela data e hoje teria condições para escrever, exatamente, a mesma coisa. O exercício que aqui fez foi, exatamente, nesse sentido.-----

Em dois mil e doze, as contas de dois mil e doze, tinham registado a nosso favor, de dívidas a terceiros, no caso particular da Porturis, um valor muito inferior àquele que na realidade nós temos para receber. O valor que está inscrito nos proveitos corresponde, na exata medida, àquilo que é a garantia consignada por hipoteca de lotes. Sabe que essa garantia é, em valor, muito inferior àquilo que é a dívida real da Proturis, que são diferentes dos quatrocentos e tal mil euros, que tem aí, são dois, vírgula, seis milhões de euros.-----

Se fizer este diferencial, em relação àquilo que está ali, dos seis milhões de dívidas a terceiros, vai perceber ou se quiser recuar no tempo, vai ver que até eram mais de dez milhões de euros. Pecaram por defeito.-----

Mas, de facto, aqui, quem teve essa máquina de propaganda, de procurar prejudicar a imagem institucional, que procurou enlamear a instituição Câmara Municipal de Óbidos, nem sequer foi o PS, foi o José Machado. O José Machado fez isso, como ninguém fez.----

O Deputado fez aqui um exercício tão habilidoso. Diz isto com uma profunda tristeza. O Deputado fala da dívida de médio e longo prazo, sem nunca ter referido a dívida, o total do stok em dívida. Foi incapaz de assumir que a Câmara, de dois mil e doze, até dois mil e treze, reduziu cerca de três milhões de euros o stok da dívida. Foi incapaz de dizer isso, e a fazer, apesar de tudo, investimento. Foi incapaz de dizer, que para este resultado líquido de dois, vírgula, sete milhões de euros, contribuíram muitas coisas.-----

Deu-lhe agora uma oportunidade para lhe mostrar quem é que mente às pessoas. Se alguém mente é o Deputado. Os dois, vírgula, sete milhões de euros, que têm de dívida, se considerarem a prestação de dezembro, que não entrou, só entrou em janeiro da Crissier, entenda-se Falésia D'El-Rey. Se considerarem o atraso no pagamento de prestações da Falésia D'El-Rey de maia zero, vírgula, seis milhões. Se considerarem o custo, que o Deputado tentou baralhar ali as pessoas, com os financiamentos, com o QREN, para o parque tecnológico, sabe que a Obitec é uma obra e é um ativo que não é da Câmara, que contribui, objetivamente, para que não entre do lado dos proveitos, e que só entre do lado dos custos. Por isso, isto teve um contributo na ordem do meio milhão de euros.-----

O Deputado não falou e sabia que contribui para este resultado líquido do exercício, mais cerca de meio milhão de euros de restituições de IMT, de outros anos. O Deputado foi incapaz de falar nisso.-----

Mas fazendo este exercício, sem contar com aquilo que vocês próprios indicaram aqui, a dizer que o património está muito inflacionado. Isso significa uma outra coisa. Isso significa do lado dos custos peso, dois milhões e meio de euros, com amortizações.-----

Mesmo com estes custos, a Câmara de Óbidos, é das poucas Câmaras, que tem cem por cento do património na sua listagem. Mesmo com este peso pesado, consegue aguentar e sustentar a pancada.-----

Contas feitas, mesmo com estes pesos todos, o resultado do exercício não será os dois, vírgula, sete milhões, como o Deputado sabe, mas sim, os cento e trinta mil euros, e já está a meter a Igreja.-----

O Deputado faz um exercício, altamente demagógico, para não dizer insultuoso, comparando a dívida do Município de Óbidos, o seu nível de endividamento, com aquilo que é o nível de endividamento do país, anda acima dos cento e vinte por cento, e sabe que



Assembleia Municipal de Óbidos		27
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

o nosso nível de endividamento, na Câmara de Óbidos, anda na ordem dos trinta e um por cento. Quem lhes dera que o país estivesse como nós estamos.-----
Ainda não desistiu que o Deputado José Machado tenha a sensatez, para não dizer a lucidez, de um dia chegar aqui e dizer que afinal estava enganado. Pedir desculpa por isso, enganou-se.-----
Quem fez essa campanha insultuosa, durante a campanha, foi o Deputado.-----
Foi incapaz de falar na redução do stok da dívida de curto prazo. Uma redução que passou de nove, vírgula, quatro milhões, em dois mil e doze, para o final do exercício de dois mil e treze de um, vírgula, um milhões de euros.-----
O Deputado, ao mesmo tempo, foi incapaz de reconhecer que hoje, num exercício de gestão apertadíssima, a situação e os indicadores financeiros do Município mostram, claramente, uma trajetória.-----
Mostram com autonomia, cerca de sessenta e oito por cento, com a liquidez geral, quatrocentos e noventa e nove por cento. Quer que o Deputado lhe dê uma empresa, no país, que tenha esta capacidade, que tenha esta liquidez geral.-----
Quer que o Deputado lhe dê, em termos de solvabilidade, uma que tenha duzentos e treze por cento. A cobertura do ativo sob o passivo total de trezentos e treze por cento, ou seja, um endividamento na ordem dos nove por cento.-----
O Deputado foi incapaz de assumir uma coisa que leu, que é uma trajetória de racionalização da despesa, a partir da despesa corrente, numa redução de cerca de um, vírgula, três milhões de euros, na contenção da despesa corrente, não é na de capital.-----
O Deputado foi incapaz de assumir que este executivo teve, apesar da crise em dois mil e nove, contra tudo e contra todos, sobretudo contra o Deputado, a coragem de assumir a construção de novos complexos escolares e que isso significava uma decisão de grande responsabilidade. Sabiam que iam ter apertos de tesouraria. Estavam conscientes disso. Ainda bem que tomaram essa decisão. Tem muito orgulho na decisão que tomaram no passado.-----
O Deputado mostra aquela trajetória no aumento da dívida, sem referir o que é que originou aquela trajetória do aumento do stok da dívida. É bom que isto tenha nomes. É bom que as pessoas saibam que o que o Deputado está a dizer, de forma direta, ou mais direta, ou menos direta, é que com o Deputado isto não acontecia, porque não investia.-----
Sabe o que é que acontecia. Acontecia aquilo que hoje estão a perceber no desenho do novo quadro comunitário de apoio. É que as escolas Municipais, só para ter ideia Deputado José Machado, só para a região oeste, do levantamento que tiveram conhecimento, são setenta e dois milhões de euros, para novas escolas. Sabe quantas nós precisamos, praticamente nada, porque fizeram o trabalho. Sabe qual é que foi o valor no último quadro comunitário de apoio, só para o contratualizado, foram cerca de sessenta e cinco milhões de euros. O que quer dizer, associado a uma outra coisa, que a União Europeia vem dizer, que a construção de edifícios escolares tem uma discriminação negativa. O Deputado, se tem conduzido este barco, hoje estariam em condições deploráveis. Fazendo uma citação de uma pessoa que esteve aqui no vinte e cinco de abril e que se orgulhava da sua aula, se orgulhava da educação, fazia um balanço, usando uma personagem, e chegava à conclusão que os tempos, hoje, estavam muito melhores.-----
Isto deve-se ao trabalho de muita gente e a decisões, decisões de correr riscos. Não só mostraram que sabiam correr riscos, como estão a mostrar, na prestação de contas de dois mil e treze, que apesar da crise e apesar da redução das receitas, souberam travar do lado



Assembleia Municipal de Óbidos		28
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

das despesas, souberam equilibrar as contas e souberam continuar a investir nas pessoas. Esta é a nossa grande diferença.-----

Quando o Deputado apresenta ali o resultado líquido do exercício, é a grande diferença sua, em relação à totalidade do Executivo da Câmara Municipal, mesmo pessoas do Executivo Municipal que foram eleitas por outra lista. Isto não é uma empresa. O que mais interessa não é o resultado líquido do exercício, que é como quem diz, uma redistribuição dos lucros aos acionistas.-----

Aquilo que precisam é, efetivamente, de investir nas pessoas. O Deputado tem uma certa nostalgia, para quem o ouviu há bocadinho defender uma moção apresentada, em relação ao estado novo. Estado rico, mas gente pobre.-----

O que a Câmara de Óbidos faz, é uma coisa diferente. É investir nas pessoas. E esse investimento nas pessoas significou, por exemplo, na prestação de contas de dois mil e treze, um investimento, só nas despesas de capital, em mais de quatrocentos e oitenta euros, por habitante, muito distinto dos outros Municípios da região oeste.-----

Se considerarem a despesa toda, significa uma redução, um investimento na ordem dos novecentos euros, por habitante.-----

O Deputado quer falar de dívida, de dívida consolidada, versus, de dívida de terceiros, que têm para com a Câmara Municipal. Não fazer esse balanço. A dívida de terceiros, neste momento, é de sete, vírgula, sete milhões de euros. A Câmara tem a receber sete, vírgula, sete milhões de euros, contra os dez milhões do total do stok da dívida. Têm aqui três milhões de euros. Isso paga-se com as receitas que podem ter, totais, em cerca de dois meses.-----

É este o problema dramático, a situação de falência da Câmara Municipal de Óbidos. Que ridículo. Às vezes pecamos por falar demais e o Deputado, hoje, falou demais. Mesmo da Proturis, o Deputado não sabe o que diz.-----

Sabe, por exemplo, que têm um projeto para apreciação, que entrou na Câmara Municipal, precisamente para essa zona. Que a pessoa que apresentou esse projeto, comprou também o ónus desse imóvel.-----

Porque é que o Deputado se espalha desta maneira. Acha que, no fundo, o Deputado quando aponta aqui o dedo, nestas despesas e na trajetória do que está a acontecer, está a dizer não há educação, não à melhor idade, não às bolsas de estudo, não às piscinas municipais, não aos apoios às Juntas de Freguesia e associações.-----

Fizeram isto tudo reduzindo a despesa corrente, sem meter nada em causa. Nunca fecharam coisa nenhuma, pelo contrário, têm assumido esse investimento. Estado menos rico, mas a população melhor.-----

--- O Deputado José Oliveira disse que não pode concluir é aquilo que o Deputado José Machado concluiu, de dar os parabéns ao Município e à sua equipe, das contas que fez, porque afinal, por aquilo que disse, estão erradas. Nesse sentido, a Câmara não deveria ter apresentado um prejuízo, mas sim um lucro de duzentos mil euros.-----

E porquê? Porque ele diz que um proveito extraordinário de dez mil euros dia, durante um ano. São trezentos e sessenta e cinco dias, dá três milhões, seiscentos e cinquenta mil euros. Só vê, de receitas extraordinárias, seiscentos e noventa e oito mil euros, faltam aqui dois milhões, novecentos e cinquenta e dois. Sabe que isto não é assim.-----

Mas as contas que o Deputado José Machado fez dariam para que a Câmara, neste ano, não desse um prejuízo de dois milhões setecentos e cinquenta mil euros, mas sim, um lucro de duzentos mil euros, porque faltavam aqui dois milhões novecentos e cinquenta mil euros de proveitos extraordinários, que ele diz que existem, mas que não vê em lado nenhum.----



Assembleia Municipal de Óbidos		29
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

Mas vê na demonstração de resultados, proveitos extraordinários, seiscentos e noventa e oito mil oitocentos e sessenta e três euros. Os proveitos são contabilizados no momento em que é constituída a dívida. E o momento em que foi constituída a dívida, foi em exercícios anteriores. Neste exercício, se não foi pago, o proveito é diferido e isto é negativo. É inverso àquilo que o Deputado queria fazer, ou seja, se há aqui algum prejuízo extra, tem a ver com esta situação.-----

Em relação às despesas e em relação às receitas, tem que dizer que as despesas reduziram e as receitas se mantiveram. Há aqui uma diferença nas receitas muito pequenina, e é uma diferença para menos, nas despesas, de algum valor significativo.-----

Fica perplexo e muito preocupado, por aquilo que foi dito, porque foi dito aqui que as dívidas de curto prazo, não é grave. Palavras ditas pelo Deputado José Machado.-----

Perguntou como é que quer dinamizar a economia no Concelho e como é que iria pagar aos credores da Câmara Municipal. Isto é que é grave. Não se pagaria dívida a ninguém e um dia cairiam, no Concelho de Óbidos, naquilo que, infelizmente, caíram no país.-----

O Governo, como o Município, têm como principal, como papel principal, uma situação, que é de equilibrador, ou dinamizador, da economia. O Município tem o mesmo papel, mas a nível regional. Isto quer dizer que durante um determinado período, se deve criar riqueza, para nos momentos difíceis que vivemos, neste momento, conseguirem dinamizar a economia. Infelizmente, no país, foi feito, precisamente, o contrário e estão a sofrer as consequências. No Concelho não foi feito nada disso. No momento em que se deveria criar riqueza, criou-se. No momento em que se deve dinamizar a economia, está a dinamizar-se no nosso Concelho. É isto que tira das contas que estão apresentadas pelo Município.-----

Em relação às dívidas a curto prazo do Município é de um, vírgula, seiscentos e cinquenta milhões. Por outro lado, as dívidas a terceiros a curto prazo ao Município, é de seis milhões quinhentos e quarenta e seis. As disponibilidades a curto prazo do Município são de sete milhões novecentos e vinte e sete. Isto quer dizer que há uma diferença entre as disponibilidades a curto prazo e as dívidas à Câmara a curto prazo, de seis milhões duzentos e setenta e sete mil euros. Há fundo deste montante que dá para ir gerindo financeiramente a Câmara, sem problemas.-----

Em relação às dívidas gerais vê uma redução de três milhões de euros de dois mil e dez para dois mil e treze. Havia treze, vírgula, cinco milhões de euros, em dois mil e dez, para dez, vírgula, nove, em dois mil e treze. Falou-se, em determinado momento, que a Câmara de Óbidos era uma Câmara falida, estava mal. De situações extremamente desagradáveis, e não podem dizer que não, porque esteve num sítio onde o disseram.-----

Podem falar, por exemplo, de fundos próprios da Câmara de sessenta e oito milhões de euros, de ativos fixos de oitenta e sete milhões de euros, não falando nas outras situações que já falaram atrás.-----

Isto sem hipotecar o normal funcionamento da Município. Tudo isto é extremamente importante.-----

De IMI e com muitas coisas que ainda não estão a ser cobradas de IMT, em dois mil e treze, houve uma receita de IMI de dois mil e quinhentos e trinta e cinco mil euros, números redondos, e houve de IMT, mesmo assim, um, vírgula, treze milhões de euros. Isto quer dizer que mesmo assim as pessoas confiam no Concelho de Óbidos, investem no Concelho de Óbidos, porque em determinados momentos e anteriores, o Município de Óbidos criou motivação e capacidade para que eles viessem para cá, porque assim eles confiam naquilo que estão a fazer.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		30
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

Pode dizer que este milhão e trezentos mil euros de IMT, num Concelho como o nosso, com dez mil e quinhentos habitantes, bem pequenino ao pé de Leiria e de outros do nosso distrito, é só a maior receita do distrito de Leiria em IMT. Isto é que é a realidade. Não há outro Concelho do distrito de Leiria que tenha receita de IMT igual ao de Óbidos. Porque Óbidos, em determinado momento, fez um trabalho que provocou com que hoje pessoas continuem a confiar e a investir no nosso Concelho. Isto é que é importante.-----

--- A Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que considera inaceitável a forma como o Presidente da Câmara personalizou no Deputado José Machado um conjunto de críticas sobre a apreciação da situação financeira municipal. É inaceitável também a linguagem utilizada pelo Presidente da Câmara neste contexto.-----

--- O Deputado Jorge Veloso disse que os dados hoje mostrados pelo Grupo Municipal do PS foram obtidos nos documentos apresentados pela Câmara, não são nossos. Todos os elementos do Grupo Municipal do PS assumem a análise feita pelo Eng. José Machado.----
Questionou o Presidente da Câmara como foi possível afirmar que o Grupo do PS não está com o Eng. José Machado. Acrescentou que isso é uma não verdade. Convidou o Presidente da Câmara a corrigir essa afirmação nesta Assembleia. Acrescentou que as ofensas verbais proferidas pelo Presidente da Câmara o levam a perguntar onde está a sua boa educação.-----

Dos cento e trinta mil euros, gostavam de saber onde estão essas provas. O Deputado José Oliveira conseguiu fundamentar em contas que não têm acesso. É muito bom que tenha dito isso, porque já na primeira sessão, parece-lhe, tinham referido esses casos.-----

Perguntaram quanto é que seria a receita de IMI, quanto é que seria o valor. O Deputado José Oliveira disse que temos a maior receita do distrito de Leiria, embora o Concelho seja pequeno.-----

Falou, também, dos nove, vírgula, quatro milhões, para um, vírgula, um milhões para dois mil e treze. Acha que foi da dívida. Solicitou que explicasse para onde é que vai esse valor. Essa dívida será para o futuro, até dois mil e vinte e cinco, ou foi dívida efetivamente paga.-----

O Deputado José Machado quando fala, tem por base relatórios, ou dados que foram fornecidos. Solicitou que esses documentos lhes fossem facultados, para que pudessem tirar a mea-culpa. Se erraram pedem desculpa. Não têm acesso à contabilidade da Câmara, nem das empresas municipais, nem de todos os gastos.-----

Muitas vezes foram aqui requeridos esses valores. Precisam de se fundamentar para não correrem erros ao fazer estas afirmações. Solicitou que esses dados lhes sejam facultados.--

--- O Presidente da Assembleia disse que os serviços do Município distribuíram os documentos que estão em apreciação. Quando diz que não tem acesso à contabilidade da Câmara, crê que não se estará a referir a alguma lacuna de documentação, para uma boa apreciação deste assunto, na medida em que tem a informação de que a prestação de contas que está em discussão, foi distribuída e que é do vosso conhecimento. Não pode afirmar que não tem acesso, se for esse o caso.-----

--- O Deputado José Machado disse que insiste na recomendação para se reduzirem despesas evitáveis e sem efeito designadamente social nos municípios, as chamadas “gorduras”. Por exemplo: o Município de Óbidos gastou muito dinheiro em trabalhos a mais evitáveis de obras e multiplicou despesas com juristas. Disse que há que aproveitar melhor os funcionários municipais.-----

--- O Deputado José Oliveira disse que os impostos vão subir. Em relação aos financeiros, aos económicos, dos custos do exercício, o Deputado José Machado faz tanto exercício



Assembleia Municipal de Óbidos		31
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

que baralha tudo. Uma coisa é a parte financeira, outra coisa é a parte económica e outra coisa são custos do próprio exercício. Ele vai buscar custos de outros anos para meter neste exercício. Ele faz tanta conta, tanta coisa, que baralha-se completamente.-----
Em relação a isto e à intervenção do Deputado José Machado é só isto que tem a dizer.-----
Em relação à intervenção do Deputado Jorge Veloso, disse que não falou nos cento e trinta mil euros, falou em duzentos mil euros. Quem falou em cento e trinta mil euros foi o Presidente da Câmara, mas num exercício diferente do seu e por aquilo que o Deputado José Machado tinha falado.-----
O exercício que fez, foi tão simples e puro, como, agarrando no documento que o Deputado José Machado tinha e fez, onde dizia, proveitos extraordinários da Câmara durante o ano de dois mil e treze, eram de dez mil euros por dia, durante trezentos e sessenta e cinco dias, e isso dá três milhões seiscentos e cinquenta.-----
Como a Câmara só tem proveitos extraordinários na demonstração de resultados, que deve ter, tal como ele tem, porque foi igual para todos, há uma diferença de dois milhões novecentos e tal, e ai daria duzentos milhões de lucro e não dois milhões e setecentos de prejuízo.-----
Tudo o que disse foi buscar ao balanço, à demonstração de resultados e ao relatório de gestão, que todos devem ter.-----
--- O Deputado Miguel Silvestre disse que seis meses depois, ainda não ouviu uma proposta por parte do Deputado José Machado para construir alguma coisa, para gerar emprego no Concelho.-----
Queria contar alguns exemplos do dia-a-dia de pessoas que estão a ter uma visão construtiva sobre aquilo que está a acontecer em Óbidos e talvez o Deputado José Machado, se tivesse contato com essas pessoas, conseguisse perceber que muitos destes números refletem o entusiasmo e a confiança daquilo que acontece em Óbidos.-----
Isto é um património que estes números não transparecem e que ninguém consegue perceber. Quando lançam projetos, ou privados, pessoas, associações, civis que se movimentam e que se mobilizam, que aproveitam e que o fazem em espaços que foram recuperados com investimento público.-----
Está a falar, por exemplo, no edifício da farmácia, com um investimento de seiscentos mil euros, recuperou o edifício à entrada da Vila, e que de repente está a ser replicado, um projeto que nasce em Óbidos, e que neste momento vai acontecer em Lisboa, e pode acontecer noutros locais do mundo. E nasce aqui, a partir de um investimento que foi feito pela Câmara Municipal.-----
Quando falam dos projetos das escolas e têm pessoas que, naturalmente, não sabem o que se está a passar. Vêm cá eludidas pela campanha e pelo marketing que está a acontecer, mas que vêm cá do Brasil, da Colômbia, da Dinamarca, para saber o que está a acontecer em Portugal e em Óbidos, em particular, são tudo pessoas que estão enganadas. E estes projetos não nascem do investimento do Município. Não nascem da atração que estes projetos geram, para terem pessoas com competências que em maior parte dos casos não sairiam de Lisboa, ou então estariam em outros locais do mundo a trabalhar e a fazerem projetos de vanguarda, e estão a fazê-los em Óbidos.-----
Quando temos cá um conjunto de associações de base tecnológica, de empresas tecnológicas da América do Centro e da América do Sul, e estamos a falar de associações nacionais, que vêm ver o que aconteceu em Óbidos, em cinco anos, e os investimentos que estão a ser feitos, é porque também estão enganados, é porque também a Câmara Municipal, quando faz estes investimentos, não percebe o que está a acontecer no mundo,



Assembleia Municipal de Óbidos		32
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

não percebe qual é a agenda que se está a trabalhar, hoje em dia, não percebe onde é que se gera emprego.-----

Quando, hoje, teve uma reunião, de manhã, com um dos projetos mais inovadores que está a acontecer em Portugal, na área da formação, em pessoas desempregadas, e que lhe dizem que em Óbidos gostavam de trabalhar. Porquê, porque há uma credibilidade que foi conquistada, porque há investimento, porque há capacidade de concretizar projetos. E não são projetos só do Município, há muita gente que acredita.-----

O que, infelizmente, vê nesta Assembleia, em qualquer que seja o assunto é uma lógica pouco construtiva e é uma lógica destrutiva, desvirtuam-se os números da forma como se entendem, pegam-se nos aspetos que podem dar umas manchetes boas nos jornais e esquece-se tudo o resto que foi feito.-----

Aquilo que diz, é que nunca se esqueçam da circunstância que o mundo viveu, do que o país viveu e daquilo que se está a viver em Óbidos. Saiam daqui e falem com outras pessoas.-----

Ainda hoje houve um Município que veio ver o que estavam a fazer, o Município de Marvão, e tudo que lhes dizem é que vocês são uma referência pela capacidade daquilo que construíram.-----

Infelizmente estas pessoas não têm acesso ao que se passa na Assembleia Municipal, se não perceberiam a dificuldade que é de construir alguma coisa, quando na verdade, a posição que está aqui, é a posição do Deputado José Machado, que ao fim de seis meses e depois dos compromissos que foram assumidos aqui, não assistiram a uma proposta, não conseguem perceber onde é que concorda, do ponto de vista estratégico, o que é que está a acontecer, e em relação aos números, a abordagem que faz é esta.-----

Se acha que a Câmara gasta de mais, apresente propostas concretas, fale de coisas concretas, porque aquilo que têm vindo a assistir é que o Concelho continua a funcionar, as associações continuam a existir, quando noutros lados fecham, onde não há movimentos associativos.-----

Saiam daqui, vão ver o que acontece noutros Concelhos. Em Óbidos não é tudo fantástico, obviamente. Mas vão ver o que acontece noutros locais.-----

Há muitas histórias que podia partilhar deste género, mas aquilo que era preciso perceber é, tentar perceber o que acontece, também, no terreno e que há pessoas que estão a acreditar naquilo que tem vindo a ser feito nos últimos anos.-----

Os investimentos que estão aqui representados nestes números têm retorno. Alguns deles são imediatos, outros vão demorar mais tempo, mas os trabalhos e os resultados estão á vista.-----

--- O Deputado Francisco Teixeira disse que no meio de todo este maravilhoso fim de noite, deve ter adormecido e acordado uns anos mais tarde. Lembra-se que na Assembleia de dezembro, quando discutiam o valor do IMI a pagar para dois mil e catorze, havia um tormento enorme na área do PSD, nomeadamente do Deputado José Oliveira, em que se baixa-se o valor do IMI, ia-se fazer o quê, não se pagava às pessoas, havia ali um drama que se vivia, que se dizia que nós temos de ter aquele valor de IMI.-----

O que hoje ouve da parte do Deputado José Oliveira é que vivemos no melhor Concelho do mundo, num Concelho que mais recebe de IMT, de que mais receitas tem, onde existe os melhores investimentos, onde estamos na ponta de toda a tecnologia e depois as coisas não colam umas com as outras, é tudo posto umas coisas assim como que com cuspo, de um lado para o outro, para ver o que é que é de um lado e o que é que é do outro.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		33
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

Noutro dia falou com um Senhor da empresa ERA, e ele disse que Óbidos sofreu a maior derrocada de valorização de casas. Dantes, Óbidos era um sítio procurado. Agora, com a quantidade brutal de ofertas, as casas em Óbidos não valem um caracol.-----

--- O Presidente da Câmara disse que tem que fazer uma distinção entre a Deputada Maria Cristina Rodrigues e a pessoa que apresentou aquilo, porque reconhece que a Deputada tem um estilo diferente. Portanto, não lhe pode pedir outra coisa.-----

Disse ao Deputado Jorge Veloso que têm os dados todos à vossa frente. Todos têm os mesmos dados. O exercício que aqui foi feito, foi no sentido de trilhar um caminho e de fugir àquilo que era mais evidente e que podia, de alguma maneira, chegar à conclusão de que afinal aquilo que alguns andaram a dizer no passado, não era tanto assim, como diziam. Tem muito orgulho nas contas que estão a apresentar. Está muito seguro do rumo que têm para tomar. Naturalmente que vão ter dificuldades, isto não é só um oásis. Mas estão a trabalhar para garantir aquilo que demais importante têm pela frente, que é investir nas pessoas.-----

O Deputado José Oliveira não falou no maior IMI do distrito, ele falou no maior valor cobrado no distrito de Leiria e IMT.-----

Com todo o respeito pelo Senhor da ERA, o que mais interessa é onde é que houve transações. O que resulta é que num Município tão pequenino como o nosso, já não está a falar em termos proporcionais, está a falar em valor absoluto, foi a maior cobrança de IMT, no distrito e Leiria.-----

Quando disse que o Deputado José Machado não era seguido, referiu, claramente, que o Executivo, na sua totalidade, tem sobre o resultado do exercício uma visão diferente.-----

Em relação aquilo que o Deputado José Machado aqui aponta, continua a insistir no caminho que queria mergulhar o Município. Há, de facto, uma grande diferença entre nós. Há uma diferença do todo da Câmara Municipal, em relação a essa sua visão, nesta matéria. O que mais importa é investir nas pessoas. Do seu lado, não dizendo o contrário, o que vem dizer é que tinha uma estratégia diferente, no momento em que foram ao plano de ajustamento, ao Pael. O que, na verdade, queria dizer é que consigo, e associando isto à Lei dos Compromissos, travava a assunção de novos compromissos.-----

O que faria era deixar de ter construção nos edifícios centrais, deixar de ter o nível de apoio que tem às Juntas de Freguesia, deixar de ter o nível de apoio que dão ao melhor idade, deixar de dar apoio e assumir compromissos no enxoval, deixar de apoiar no crescer melhor, na educação. Era isso que o Deputado fazia, O Deputado não pode falar de umas coisas de foro setorial e depois não as ligar.-----

Quando fizeram isto, salvaguardaram-se de uma posição. Tinham um caminho que era continuar a investir nas pessoas. Está aqui sem medos, com muito orgulho do passado. Enquanto estiver como Presidente da Câmara, estará na disponibilidade de investir nas pessoas. Não procurem outra coisa de si, a não ser isso. Não quer ser um estado rico com gente pobre.-----

Na altura mostraram muita exuberância, que tinham um cálculo tão previsível, tão exato, tão correto, que falharam. Porque falavam em dois, vírgula, sete milhões de euros de receita de IMI. Aquilo que nos mostra a trajetória é que nós não subimos. Tem pena que não tenham referido outras coisas. Porque é que não comparam aquilo que se devolve de IRS às pessoas. Viram, por acaso, aquilo que resultou no mapa nacional, onde Óbidos está, praticamente, isolado na região oeste. Está isolado, como aquele que devolve mais às pessoas, Mas isso não referem.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		34
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

A Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que o Presidente da Câmara, aqui, é que misturou alhos com bugalhos. Assume a sua dupla condição. Esteve aqui, no dia vinte e cinco de abril, com muito orgulho, muita honra, a fazer uma intervenção sobre aquilo, que para si, significaram estes quarenta anos do vinte e cinco de abril, abordando várias perspetivas sobre a educação, sobre a saúde, sobre as condições económicas, socioculturais, segurança social, etc., do nosso Município. Fê-lo e fá-lo-ia daqui a uns meses. É totalmente coerente em relação a isso. Esse é o seu estilo e foi isso que lhe foi pedido.-----

Outra coisa é não deixar de intervir nesta Assembleia, quando acha, e não se meteu nas questões técnicas, que exorbitou na linguagem que utilizou. O seu estilo é isso. É ser crítica relativamente às intervenções aqui. Acha que tudo é possível, o debate é possível, o Deputado José Machado fez as observações que entendeu fazer. O Presidente da Câmara, nesta última intervenção, também o fez de uma forma correta, mas à bocadinha, distraiu-se, exorbitou.-----

Foi isso, relativamente à sua forma de atuação, que manifestou o mais vivo repudio. Espera que tenha sido uma vez sem exemplo e espera que consigam manter o nível desta Assembleia, também com a ajuda do famoso regimento, daqui para a frente, como aconteceu no início da sessão e que, enfim, muito presou.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Óbidos, relativo ao exercício de 2013, posto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor, três votos contra e nove abstenções.-----

--- Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- Foi presente a Declaração de Voto do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: “Verifica-se que no ano de 2013 as despesas correntes foram superiores às receitas correntes e houve um resultado negativo do exercício, isto é um prejuízo, de 2,7 milhões de euros. Houve ainda um aumento da dívida bancária de médio e longo prazo, de cerca de 3 milhões de euros.-----

A execução orçamental foi baixa, devido a ter havido empolamento no orçamento. E já lá vai o tempo do orçamento de 40 milhões para vencer a crise.-----

De salientar que a apresentada análise do investimento público, per capita, no concelho, ao longo de anos, compara “alhos com bugalhos”. Por exemplo: a obra da barragem e albufeira do Arnóia não teve contabilização municipal, enquanto a obra de requalificação da Escola Josefa de Óbidos já é contabilizada municipalmente, mas ambas não foram são suportadas pelos dinheiros municipais.-----

Há muitos processos judiciais pendentes, contra a Câmara, cuja soma se eleva a milhões de euros. Nas listas apresentadas não estão indicados os valores de juros, custas e encargos da Câmara com os advogados nestes processos. A provisão contabilística é insuficiente. Estranhamente, as provisões foram globalmente reduzidas, em 2013.-----

Ficou sem saber-se se a Câmara vai ou não amortizar as suas dívidas bancárias com os 6,5 milhões de euros que afirma ter a receber, a curto prazo, de dívidas de terceiros (ver balanço). De salientar que o PSD de Óbidos fez publicar na imprensa, o ano passado, que tinha a receber 10 milhões de euros de dívidas de terceiros, mas afinal são menos 3,5 milhões de euros do que o divulgado antes das últimas eleições autárquicas.-----

Temos reservas quanto à correta e atualizada valorização de vários bens que estão no ativo do balanço municipal e recordamos que em 2012 houve uma redução do valor do ativo em cerca de 47 milhões de euros. Vários rácios apresentados para tentar demonstrar ser muito



Assembleia Municipal de Óbidos		35
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

boa a situação financeira da Câmara, derivam do valor do património municipal, o qual em parte não será vendável.-----

A atual receita extraordinária de um empreendimento turístico, de cerca de 10.000 € por dia, terminará este ano e não será repetível em anos futuros.-----

Relembramos que o Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos que vai vigorar até ao ano de 2026, não era necessário se parte da receita extraordinária, no valor de 18 milhões de euros, relativa aos dois últimos alvarás de empreendimentos turísticos (Royal Óbidos e Falésia d'El-Rei) fosse utilizada para pagar dívidas a fornecedores.-----

Voltamos a sugerir que se reduzem despesas evitáveis e sem efeito designadamente social nos municipais, as chamadas “gorduras”. Por exemplo: o Município de Óbidos gastou muito dinheiro em trabalhos a mais de obras e multiplicou despesas com juristas.-----

Como referimos no período de antes da ordem do dia, há necessidade de reduzir a excessiva litigância camarária. Já em 2014, a CMO foi condenada judicialmente no caso da viúva do Dr. Carlos Gouveia, em mais de 58.000 €, para além de suportar o desperdício evitável de dinheiros públicos em custas judiciais e advogado. Infelizmente, é preocupante como será a situação financeira da Câmara de Óbidos.”.-----

--- **PONTO ONZE - ACORDO COLETIVO DE ENTIDADE EMPREGADORA PÚBLICA, PARA CONHECIMENTO** – Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número duzentos e quarenta e oito, de vinte e três de abril do corrente ano, remetendo para conhecimento, o Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública-----

--- Como não houve intervenções, a Assembleia tomou conhecimento.-----

--- **PONTO DOZE - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** – O Deputado Custódio Santos disse que não vê o Presidente da Câmara. Não faz sentido estar a falar sobre isto sem a sua presença. Exige a sua presença.-----

--- O Presidente da Assembleia disse que o Executivo Municipal está representado pela Vereadora. Se não quer colocar a questão na pessoa da Vereadora, está no seu direito. O Presidente da Câmara ausentou-se, crê que voltará.-----

--- O Deputado Custódio Santos disse que se ele voltar vai colocar a questão.-----

--- A Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que de acordo com a Lei 75/2013, a Assembleia deve apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, a qual deve ser enviada ao Presidente da Assembleia com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão.-----

Lembra-se que, já nas anteriores sessões, alertámos para a conveniência deste documento que, neste mandato, segundo nos informaram, tem sido enviado ao Presidente da Assembleia com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão, deixar de ser disponibilizado aos membros da Assembleia apenas no decorrer da sessão onde será apreciada essa informação. Para ser apreciado na Assembleia é necessário proporcionar tempo para a sua leitura atenta e esta Assembleia não tem tido qualquer intervalo para esse efeito.-----

Quando anteriormente alertámos os serviços municipais para o facto do documento ainda não ter sido distribuído aos membros desta Assembleia, foi-nos dito que o documento estava pronto há dias, mas que havia indicações para o disponibilizar apenas no início da Assembleia. Assim foi nas anteriores sessões desta Assembleia.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		36
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

Hoje, há a registar uma melhoria, porque o documento foi enviado esta tarde, via correio eletrónico.-----

Poupavam-se fotocópias e proporcionaria uma melhor apreciação se este documento com 17+6 páginas tivesse sido enviado mais cedo.-----

Alertamos também que, de acordo com a Lei 75/2013, a Assembleia deve apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do município, como já referimos. A informação sobre a situação financeira não se deve resumir ao saldo da dívida a fornecedores, por isso ser apenas um dos elementos da referida situação financeira. Na realidade, são também compromissos financeiros, designadamente as dívidas a prestadores de serviços (outros credores) e os empréstimos bancários. Para a situação financeira poder ser apreciada, também devem ser indicados os valores dos saldos dos depósitos bancários e o que há a receber de terceiros, a curto prazo.-----

--- O Presidente da Assembleia disse que receberam esta informação, apenas, durante o dia de hoje, como consta do email enviado pelos serviços da Câmara. Na última sessão ficou no ar, gostaria que isso não ficasse, a ideia de que a Mesa retém algum tipo de informação. O que podem fazer é, na Assembleia, enfatizar, frisar, dirigir-se à Câmara, no sentido que esta possa preparar mais antecipadamente a informação.-----

Não obstante, também, a informação não estar completa, não estando completa, poderá, qualquer membro da Assembleia, requerer, seja em pleno plenário, seja depois, algum aprofundamento, ou o completar da informação que agora foi distribuída pelos membros da Assembleia.-----

--- O Deputado Custódio Santos disse que a primeira questão já foi comentada pela Deputada Maria Cristina Rodrigues. A informação do Presidente da Câmara é sempre entregue na hora, não cumpre a Lei. Não têm obrigação, nem condições para ler, nem para se inteirarem das atividades da Câmara.-----

Mesmo assim, deu para perceber que isto é uma mera propaganda do Presidente da Câmara e parte das execuções que estão na informação, não estão concluídas. Há coisas que foram, de facto, feitas, mas há outras que não estão, sequer, concluídas, e se estão começadas, estão muito mal começadas.-----

Isto fala mais do chocolate e das atividades dos miúdos na escola, com chocolate. Perguntou se o Presidente da Câmara estava a preparar os alunos deste Concelho, e os Municípios mais novos, para uma mera fábrica de chocolate, para criar uma mais-valia, para criar empregos, na futura fábrica.-----

É só o que lhe parece desta propaganda toda, e desta mera campanha de trabalhos escolares, etc., com chocolate e mais chocolate. Isto tem mais de chocolate, do que outra coisa.-----

--- O Presidente da Câmara disse que não interpretou da intervenção do Deputado uma pergunta, foi mais um ato de brincadeira, do que, propriamente uma pergunta.-----

Lamenta que a informação do Presidente da Câmara dá a estes membros da Assembleia, seja entendida como propaganda, como se estivesse aqui a tentar convencê-lo de alguma coisa.-----

Jamais conseguirá convencê-lo de alguma coisa, até dos trabalhos, se estão bem, ou mal, feitos. Fazem o melhor, procuram que os serviços façam o melhor, mas tecnicamente não tem formação do ponto de vista de engenharia civil, de arquitetura, não tem dessas coisas. Portanto faz e tem a convicção que tem excelentes serviços, que o apoiam na condução normal dos trabalhos.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		37
Ata n.º 2	Reunião de 30.04.2014	

Sobre a informação do Presidente da Câmara, relativamente ao prazo, aquilo que pediu aos serviços e reitera, é que entreguem com a maior antecipação possível, sendo que também faz o esforço e, portanto, assinou esta informação há já algum tempo. Tinha condições para vir aqui com mais antecedência. Faz, também, esta chamada de atenção aos serviços, para que possam prestar esta informação mais rápido.-----

Quanto à restante informação tomou nota dela. A questão da dívida a fornecedores é diferente, dia-a-dia, mas desde a informação até hoje, ele evoluiu no sentido de reduzir, ainda mais, a dívida a fornecedores. Como, por exemplo, o prazo médio de pagamentos, também devia de estar aí. Souberam-no hoje. Foi dos Municípios, no âmbito da região e do distrito, com menor prazo médio de pagamento, setenta e dois dias. O topo da tabela são mil e seiscentos e tal dias. Na região oeste, há dois Municípios, Óbidos e outro, que, de facto, têm a melhor prestação, do ponto de vista do prazo médio de pagamento.-----

Convidou todos os presentes para irem maíar o maio.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.----

--- **PONTO TREZE – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** – Foi dada a palavra aos Municípios presentes. Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- E por nada mais haver a tratar, pelas vinte e duas horas e trinta minutos, do dia trinta de abril do corrente ano, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, do que para constar se lavrou a presente ata, que foi aprovada em minuta no final da mesma, deliberado pela maioria dos membros presentes, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze de dois de setembro.-----

--- E eu, João Vasco Pereira Ferreira Urbano, que lavrei a presente ata, também vou assinar.-----